



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 191

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 16 NOVEMBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA GERAL	4283

TAQUIGRAFIA

ATA DA 40ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE REGRAS PARA O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NO ESTADO DE RONDÔNIA.

Em 01 de outubro de 2015

**Presidência do Sr.
LAZINHO DA FETAGRO - Deputado**

(Às 14 horas e 48 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado Rondônia, atendendo a requerimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, Lazineiro da Fetagro e Jean Oliveira, realiza Audiência Pública para debater sobre regras para pagamento por serviços ambientais no estado de Rondônia e, em ato contínuo, requer a retirada de tramitação do Requerimento 217/15.

Convidamos para compor a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Deputado Lazineiro da Fetagro, proponente desta Audiência Pública.

Nós estamos aguardando a presença do Excelentíssimo Senhor Vice-Governador. Convidamos à Mesa o Excelentíssimo Vilson de Salles Machado, Coronel PM, Secretário de Estado da SEDAM; Senhor Carlos Dantas, representante da SEAGRI; Senhor Fábio Menezes, Presidente da FETAGRO; Senhor

Edjales Benício, Secretário Municipal da SEMA; Presidente da ANAMA; e o Senhor Dionísio Pereira Braga, Presidente do Conselho Municipal de Secretários de Agricultura – COSEMAGRI.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater sobre regras para pagamento por serviços ambientais no estado de Rondônia e a retirada de tramitação do Requerimento 217 de 2015.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos neste momento a todos, para de pé, ouvirmos o Hino Céus de Rondônia.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Presidente desta Audiência Pública, Deputado Lazineiro, antes de Vossa Excelência já falar sobre o objetivo, eu gostaria de registrar a presença das demais autoridades.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Fique a vontade.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Estão aqui para as palestras os senhores, não chegou ainda, mas está para chegar, o Senhor Daniel Pereira, Vice-Governador; Senhor Alexis Bastos, do Centro de Estudo da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia RIOTERRA; Vilson de Salles Machado, Fábio Menezes da FETAGRO; Paulo Bonavigo, biólogo, Ação Ecológica – Ecoporé; Ivaneide Bandeira, da Associação Kanindé; Adilson Pepino, Consultor do Projeto Qualidade de Vida; Edgard Menezes Cardoso, Consultor do Projeto Floresta Plantada; Robson Damasceno Silva Júnior, Diretor Executivo da SEDAM; e Edjales Benício de Brito, Secretário Municipal de Meio Ambiente. E intervenções da plenária, essa não é palestra, e depois, a intervenção da plenária com a Presidência do Senhor Deputado Lazineiro.

Registramos e agradecemos a presença do Senhor Alexandre Aguiar, Diretor Técnico, representando a EMATER;

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Senhor Fábio Ludgero, representando o Coronel Caetano, Diretor Geral do DER; Senhor Manoel Carlos Dantas, Coordenador de Agricultura Familiar da SEAGRI; Senhor Nélio Alencar, Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Rondônia; Senhora Maria Alice de Oliveira, representando o Sindicato dos Seringueiros e Soldados da Borracha; Senhor Edson Afonso, representando a Federação da Agricultura; Senhor Mauro Santos, Coordenador Geral do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado; Iremar Ferreira, representando o Ministério de Desenvolvimento Agrário; Adilson Pepino, falei agora a pouco que vai fazer uso da palavra; José Carlos Gadelha, representando a SEAS; Fernando Inácio Borges da Silva Bastos, da Coordenação de Meio Ambiente da Eletronorte; a Excelentíssima Senhora Vereadora Márcia Regina, da Câmara Municipal de Ji-Paraná; José Ramalho de Lima, Diretor Financeiro da FECOMÉRCIO; Senhor Joscimar Alves dos Santos Presidente do Sindicato de São Francisco do Guaporé; José Simião dos Reis, Diretor do STTR, Candeias do Jamari; Márcio Ferreira, Gerente de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da Eletrobras Distribuição; Eliezer de Oliveira, Assessor Técnico da SEDAM; Jaylson Monteiro, Coordenador do Curso de Biologia da FIMCA; Luiz Pires, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Velho; Senhor Robson Damasceno, Diretor Executivo da SEDAM; Engenheira Ludmila Ribeiro, representando a Secretaria de Estado de Orçamento e Gestão – SEPOG; Júlio César Rocha Peres, Coordenador de Desenvolvimento da Agropecuária – SEAGRI; Excelentíssimo Senhor Osmar Ferreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Urupá; Alexis Bastos, Coordenador do Programa do Centro de Estudos RIOTERRA.

A sequência das palestras e também das falas, nós vamos ter com Sua Excelência Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. Primeiramente eu quero cumprimentar a todos, cumprimentar a Mesa aqui, o Coronel Vilson, da SEDAM; Manoel Carlos, Coordenador de Agricultura Familiar da SEAGRI; o Fábio, Presidente da Fetagro; os Vereadores Márcia Regina e Dário; e todos os presentes, os Sindicatos. Nós temos aqui vários municípios representados, Vilhena, o irmãozinho está ali; Cerejeiras, o Divino; Corumbiara, o Dirino, não vou conseguir lembrar de todo mundo, porque eu também não enxergo todo mundo daqui. Mas em nome destes, quero cumprimentar todos os nossos dirigentes sindicais, cumprimentar a todos os convidados para a palestra, convidar aqui o Arimateia para vir compor a Mesa, representando a EMATER.

E dizer, a grosso modo, como eu costumo tratar, nesse caso é uma Audiência que vocês podem notar, a composição de Mesa não é extensa porque a intenção da Audiência é ouvir as organizações governamentais que foram convidadas, as entidades que foram convidadas, com o objetivo claro de tomarmos conhecimento das demandas e das ações feitas por essas organizações governamentais ou não, mas principalmente podermos construir ou sairmos daqui com alguns indicativos e indicadores, proposições, para posteriormente criarmos condições através de um grupo de trabalho e debatermos muito claramente o tema proposto nesta Audiência que é pagamento, compensação por serviços ambientais.

Nós entendemos a importância que é a questão do meio ambiente, também temos a convicção de que muito nos é cobrado, principalmente no campo com relação a essa preservação, porém eu ainda não vi claramente em termos de compensação e de recebimento por trabalho prestado à humanidade, o que é que os produtores, o que é que os ribeirinhos, os extrativistas têm a receber por causa disso.

Então, nós temos a certeza de que o ambiente é importante, porém também tem que ter o homem. E que o homem não possa ser para o ambiente o instrumento único de destruição. Também temos a convicção de que nós moramos na região Amazônica com a realidade de leis, principalmente no que se refere ao Código Florestal com relação à preservação de que nós temos que tirar proveito disso. O meio ambiente, para nós, não pode ser um entrave para a produção e nem para o desenvolvimento do Estado. O meio ambiente, o que nós podemos prestar para a região Amazônica, para o Brasil e para o mundo, deve ser tratado por nós como fonte também de renda para quem vive no campo, para quem vive na cidade, para que o mundo também possa visualizar a Amazônia com toda a sua riqueza. Hoje, ainda inexplorada ou sem exploração nenhuma, como fonte de economia, fonte de vida para quem vive nela e para o mundo todo.

Então nós vamos assistir algumas palestras e vamos ao final, ver os tópicos de propostas que têm as organizações e o Governo e posteriormente o que for do Estado, discutiremos com o Estado, e o que for cunho federal, nós podemos nos reunir com a bancada federal e apresentar para a bancada federal o que pensa o Estado.

Nessa construção nós queremos cada vez mais poder ter o Governo junto com a gente, Secretário, porque não pode ser uma proposta do Deputado Lazinho. Não pode ser uma proposta somente dos movimentos sociais, com a visão somente dos movimentos sociais. Muito menos uma proposta só do Governo, com a visão de governo. Porque dentro do Governo, se for tratado pelo setor que trata do Meio Ambiente, tem uma realidade. Se for a parte econômica do governo tem outra realidade. Então, nós temos que tentar construir isso junto. Não imaginando aqui que nós vamos tratar de um tema, dentro do tema, somente de uma forma de compensação ou de remuneração. Nós já temos algumas coisas pensadas, queremos aprofundar o debate com a sociedade junto com o Governo, porque nós temos condições de ser um Estado rico, como nós, como já tem sido comprovado nos últimos anos o crescimento do estado de Rondônia, maior do que todo o crescimento do Brasil, proporcionalmente, claro. E, temos condições de aproveitar o que nós temos de melhor, que é a questão ambiental e que até hoje nós temos dificuldades de aproveitar no campo e na cidade.

Nós temos muitos empresários, madeireiros que trabalham legalmente constituídos. O que é que eles ganham por ajudar a desenvolver o Estado e trabalhar legalmente? O que é que eles têm a mais daqueles que não trabalham? Porque nós sabemos que tem quem não trabalha legalmente, também. Infelizmente tem. E, a gente precisa corrigir isso. Então eu queria fazer essa introdução, o tempo, a gente vai tentar corrigir o tempo, cada um vai ter o seu tempo, quando estiver faltando dois minutos nós vamos avisar, para que a gente não ultrapasse

o horário de 18:00 horas, 18:15 horas, no máximo. Não dá para fazer antes porque temos vários palestrantes.

Eu quero passar aqui para o Coronel Vilson, por dois minutos para fazer uma saudação. E depois, posteriormente para os outros membros da Mesa e a gente já vai passar para as apresentações. E cumprimentar aqui os nossos Assessores, os funcionários da Casa, agradecer pela disponibilidade de estar conosco até às 18:00 horas, no mínimo, a todos os outros Diretores da FETAGRO que se fazem presentes, a Cleonice o Ecimar, enfim, aos que eu visualizei mais rapidamente, o Udo, a Elessandra, e em nome deles a todos os Diretores dos Sindicatos que estão presentes. Com o senhor Coronel, por dois minutos.

O SR. VILSON DE SALLES MACHADO – Bem, boa tarde a todos. Queremos aqui primeiramente agradecer ao convite do Deputado Lazinho, em nome da Secretaria. Cumprimentar aqui então o Deputado Lazinho, proponente desta Audiência; o senhor Carlos Dantas, representante da SEAGRI; Fábio Menezes, Presidente da FETAGRO. Já tivemos algumas conversas a respeito de uma futura parceria com a SEDAM; e também o nosso Colega José de Arimateia, Vice-Presidente da EMATER. Um agradecimento todo especial aos técnicos da SEDAM, tanto àqueles que estão conosco aqui neste momento, bem como àqueles outros que não estão presentes aqui, mas que estão aí labutando em prol da Secretaria e por uma melhoria na gestão Ambiental no Estado. Eu vou nominar alguns aqui, agradecer ao senhor Edgard Menezes, nosso Engenheiro Florestal, poderia ler o currículo do senhor Edgard, mas em razão do tempo, acredito que quando ele for fazer a apresentação, pudéssemos ler o currículo, porque ele é o idealizador e é o profissional, senhor Deputado, e os demais que estão presentes, idealizador e que está capitalizando o programa Floresta Plantada aqui no estado de Rondônia; o Robson Damasceno, que é o Diretor Executivo da SEDAM; temos também o Eliezer que é Técnico Ambiental da Secretaria, pós-graduado em Saneamento e Tecnologia Ambiental; agradecer ao Mauro que é Procurador do município de Ariquemes, e que é representante do Grupo Ocupacional Transitório do Programa de Desenvolvimento Sustentável e Ambiental Integrado; e aos colegas do 3º Setor que estão aqui também, nós estamos vendo lá ao fundo.

Bom, o que nós podemos falar aqui Presidente da Mesa, Deputado Lazinho, é que na Secretaria nós estamos construindo uma política ambiental, participativa socializada, por quê? Porque nós temos plena convicção de que a legitimidade de nossos atos, dos atos do Executivo está numa construção participativa. Então, nós estamos juntamente com os demais técnicos da Secretaria, fazendo essas construções em todas as áreas da Secretaria. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Coronel. Antes de passar a palavra ao Fábio, Presidente da FETAGRO, quero justificar a ausência do Deputado Jean que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente. E eu fiz questão de fazer esse Requerimento em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente porque é um tema que trata diretamente com a Comissão. O Deputado Jean e o Deputado Ribamar estão hoje no Mato Grosso, representando a Assembleia Legislativa no ato de lançamento do Consórcio Brasil Central, que vai reunir os Estados da região

Norte do Brasil, da região Central do Brasil mais Rondônia que foi convidada. Então, eles estão lá representando a Assembleia, por isso não estão aqui presentes.

Presidente Fábio, por dois minutos.

O SR. FÁBIO MENEZES – Boa tarde a todos. Gostaria de parabenizar o Deputado Lazinho por ter chamado mais esta Audiência. De vez em quando eu acompanho um pouco aqui, via internet, as Audiências Públicas, e tenho visto que com frequência o Deputado Lazinho tem utilizado este espaço aqui para trazer debates sobre temas, trouxe recentemente sobre os resíduos, destinação dos resíduos sólidos, questão do lixo. Então, parabenizar Vossa Excelência que tem hoje um mandato muito atuante. Então parabenizar junto com os demais proponentes.

Queria saudar aqui o Secretário do Meio Ambiente, Cel. Vilson, que assumiu um grande desafio, não só com relação ao CAR, mas com toda política ambiental do Estado; queria saudar o Carlinhos, aqui está Manoel Carlos Dantas, mas é o Carlinhos, que hoje Coordena a Agricultura Familiar na SEAGRI e o Arimateia, Vice-Presidente da EMATER, e aproveitar e agradecer a parceria que a EMATER proporcionou por trazer os nossos dirigentes sindicais, apoiou a nossa vinda para a Audiência Pública. Uma parceria junto com a FETAGRO, nós pudemos trazer representantes de todos os municípios nossos, o ônibus veio lotado e é um trabalho que vai ajudar, inclusive, os Sindicatos, os municípios a fazerem também essa discussão dos serviços ambientais.

Queria estender aqui a saudação ao nosso presidente da CUT, Itamar Ferreira e parabenizá-lo pela reeleição. Nós participamos do Congresso que o reelegeu, que o reconduziu, desejar muito sucesso nessa nova empreitada e nós vamos estar lá dando suporte, vamos tentar dar o suporte para que a CUT continue sendo essa ferramenta de trabalho de luta, unificando as ações.

Saudar aos nossos companheiros da RIOTERRA, da Ecoporé que são Instituições parceiras também nessa ação, nessa luta junto com a FETAGRO, com os Sindicatos, com outras instituições que fazem a defesa do meio ambiente e que acreditam nesse potencial da preservação e da compensação.

Então, agradecer aqui a oportunidade, nós faremos uso depois da palavra para apresentar algumas sugestões, algumas provocações aqui, para o Deputado Lazinho. Mas de antemão, Deputado, parabenizar essa iniciativa. Eu creio que essa iniciativa possa trazer um resultado muito grande, a curto, médio e longo prazo e apoiar, colaborar, ajudar muitos agricultores da agricultura familiar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Presidente Fábio.

Passo a palavra ao Sr. Manoel Carlos Dantas, Coordenador da Agricultura Familiar, aqui neste ato, representando o Sr. Padovani.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS – Boa tarde a todos. Quero saudar aqui o nosso Presidente Lazinho, nosso Deputado Estadual, o qual preside esta Audiência Pública; o Arimateia, José Arimateia que é da EMATER, esse parceiro do estado de

Rondônia, essa Instituição que tanto faz pela agricultura familiar e que sempre precisa fazer, os desafios são grandes, não é Arimateia?

O Vilson Salles, nosso Secretário da SEDAM, que tivemos a oportunidade já de estar fazendo um debate com a agricultura familiar em outros momentos, não é Vilson? E o Fábio, nosso Presidente da FETAGRO, esse menino que é um guerreiro e que não deixa a peteca cair. O Movimento Sindical está de parabéns por ter esse guerreiro na linha de frente. Mas quero saudar também a todos os participantes, as entidades, a RIOTERRA, a Ecoporé, os demais membros da EMATER que estão aqui também; a SEAGRI, o companheiro Júlio, Coordenador do Desenvolvimento Agropecuário; o Alexandro, que é o nosso Gerente de Agroecologia, mas também todos os Sindicatos, todas as lideranças que vieram dos mais diversos municípios para participar desta Audiência.

É uma Audiência que tem uma importância muito grande quando se pensa nessa questão da sustentabilidade, da economia do Estado, mas pensando também nos bens naturais, na riqueza, o homem e a natureza, o desenvolvimento e a sustentabilidade, é tema que para muitos é complexo, mas é bom de debater, não é Neidinha? A gente precisa discutir isso, trazer isso na nossa pauta todos os dias, porque é assim que a gente constrói o estado de Rondônia e o Brasil.

Nós pecamos muito no passado e não podemos continuar pecando e, agora nós temos também que fazer as correções. Quer dizer, bem intencionada esta Audiência Pública porque na verdade ela tem o intuito de nós criarmos políticas públicas para compensar a quem faz a preservação. É um debate extenso, mas que nós precisamos construir de fato uma política de compensação para os serviços ambientais, não apenas florestal, mas todos os serviços ambientais. Florestal, é apenas uma perninha do meio ambiente e a gente precisa trabalhar o ambiente como um todo, não é? Um abraço a todos, bom debate e espero que a gente possa esclarecer bastante, aqui com relação ao que é isso e como a gente conduzir isso daqui para frente. Acho que boas propostas deverão aparecer e que nós possamos de fato, depois implementar isso enquanto política pública. Um grande abraço.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Carlinhos. Passar a palavra para o Senhor Arimateia, aqui neste ato, representando a EMATER.

O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA DA SILVA – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar aqui o nosso Deputado Lazinho, proponente aqui desta Audiência Pública, junto com o Deputado Jean Oliveira, Deputado Ribamar Araújo. Dizer, Deputado Lazinho, parabenizar por seu trabalho na Assembleia Legislativa, diante da Comissão de Agricultura, um Deputado atuante. Realmente uma surpresa muito agradável para a gente. A gente já sabia de sua capacidade, mas Vossa Excelência está além das expectativas como Deputado e a gente tem acompanhado seu trabalho aqui na Assembleia e quando a gente não consegue alcançar, a gente alcança pelas redes sociais. Mas vendo o seu desempenho como parlamentar, isso é que o nosso Estado precisa, isso é o que o país precisa, de parlamentares do seu nível, trabalhando em prol da sociedade, da agricultura familiar. Cumprimentar aqui o Vilson, nosso Secretário da

SEDAM, um grande Secretário, que está trabalhando em parceria com todas as entidades. Parabéns Vilson, pelo seu trabalho. O nosso Fábio Menezes da FETAGRO, Fábio. Eu acho que a EMATER que trabalha com a agricultura familiar, não tem como ser diferente essa parceria, esse trabalho junto com a FETAGRO, a gente tem que trabalhar isso. Estamos fazendo isso também lá nas bases com os Sindicatos, vamos fortalecer cada vez mais essa ação e a FETAGRO, você junto com o Hugo, realmente é uma instituição que sempre tem bons representantes. Você aqui é um jovem representante com grande capacidade de trabalhar diante da FETAGRO. O nosso companheiro aqui, Carlos Dantas, Manoel Carlos Dantas, o Carlinhos da FETAGRO, como é chamado por todos nós, parabéns, representando aqui a SEAGRI, junto com o Júlio, nosso Júlio aí que também está presente, e são parceiros nossos. O nosso companheiro Alexandre, Diretor Técnico da EMATER, parabéns e obrigado pela sua presença. Companheiro que está aqui também presente, o Ernesto Urias lá de Ji-Paraná, companheiro de longas datas, muitas lutas na Frente Sindical, obrigado por ter vindo. Itamar da CUT, o Olavo, enfim, vários, Etienne junto com a Renata, que está presente aqui, apoiando, trabalhando essa ação. A Vereadora Márcia Regina de Ji-Paraná, e sou ji-paranaense, eu estou vindo aqui, junto com a Cleonice, Alexandra, enfim. E nosso companheiro Luiz Pires, companheiro aí do Sindicato, um defensor da extensão rural, do sindicalismo, e está presente. É um dos companheiros que a gente trabalha. Então, Luiz Pires, obrigado por sua presença aqui nesta grande Audiência.

E dizer, Deputado Lazinho, da importância que tem esse tema debatido aqui e Vossa Excelência puxar na linha de frente, aqui na Assembleia Legislativa esse grande debate para uma coisa interessante, importante para o país, importante para o estado de Rondônia e, eu acredito que é um tema que se tem cada vez mais debatido, importantíssimo. E nós, da extensão rural, vamos apoiar em todo momento porque a gente sabe da importância que tem a compensação ambiental, principalmente para a agricultura familiar.

Um grande abraço, obrigado e parabéns por ter cedido este espaço para a EMATER – Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Arimateia. De todos os palestrantes, nós temos uma mulher da Kanindé, que é a Ivaneide. Então, em nome dela, as outras organizações e empresas que também prestam assistência técnica no nosso Estado, e um parabéns especial a RIOTERRA, o seu representante, o Alexis... está completando 16 anos hoje, a RIOTERRA. Então já é, já está passando... O ano passado eles debutaram, agora neste ano, não sei o que eles fizeram, mas estão completando 16 anos.

Sem mais delongas, convidar o senhor Edjales, que é o Secretário Municipal de Meio Ambiente, para fazer parte da Mesa e já convidar o primeiro palestrante que é o senhor Alexis Bastos do Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia RIOTERRA, para debater e fazer a sua apresentação.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Enquanto se encaminha o senhor Alexis Bastos, senhor Presidente, Deputado Lazinho.

O Senhor Alexis Bastos é Coordenador de Programas do Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia RIOTERRA; Bacharel e Mestre em Geografia pela Unir; Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná; pesquisa dinâmica de antropização regional, relacionando seus reflexos para estabilidade de sistemas ambientais físicos Amazônicos. Atua há mais de dezoito anos em questões relacionadas ao desenvolvimento socioambiental e gestão territorial na Amazônia. Coordenou diversos projetos para elaboração de instrumentos de gestão territorial, geração de renda alternativa e estruturação de cadeias produtivas; valorização cultural e fortalecimento social de agriculturas familiares e populações tradicionais. Atualmente coordena os projetos Semeando Sustentabilidade, patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental Quintais Amazônicos, apoiado financeiramente pelo BNDES, através do Fundo Amazônia; Projeto de Carbono RESEX Rio Preto Jacundá, em parceria com a Associação de Moradores da Reserva Asmorex e Biofílica Investimentos Ambientais; Projeto de apoio à consolidação do programa Território da Cidadania em Rondônia, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário; Plano de Manejo de uso múltiplo da RESEX Rio Preto Jacundá, em parceria com a SEDAM, através do ARPA; e Desenvolve pesquisas voltadas à qualificação de carbono nos solos, vulnerabilidade natural, a erosão e zoneamentos socioambientais.

Tema da palestra: 'Cenário Global e Nacional do REDD e PSA'.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Alexis, você já sabe seu tempo. Com dois minutos para terminar, eu aviso.

O SR. ALEXIS BASTOS – Bom, vou falar de um tema que é bastante complexo para todos. Boa tarde, primeiro. Vou falar de um tema que é bastante complexo. Eu vou ficar aqui à disposição, se depois alguém tiver alguma dúvida, mas, pelo tempo que temos, eu preciso avançar.

Então só para a gente, a primeira questão que a gente está falando de pagamento por serviços ambientais, então, a gente está falando ali de capacidade que a natureza tem de garantir a vida como nós conhecemos, ou seja, de manter o mundo como ele é hoje, com as vidas que têm aqui, com as condições que nós temos para produzir, para viver. Então, quando a gente está falando de serviços ambientais, é sobre isso que a gente está falando. A gente está falando da nossa existência, do nosso modo de viver. Não estou falando de modelo de vida e tudo isso daí, de consumo, nada disso, mas é da nossa existência. Porque às vezes as pessoas falam por aí, 'ah, vamos salvar o planeta', vai estar aqui, estando aqui nós humanos ou não, o planeta continuará. Então, nós estamos falando da nossa espécie.

Aqui só alguns exemplos de serviços ambientais, por exemplo, ciclagem de nutrientes do solo. Então o solo é uma questão muito importante e a gente tem esquecido que vocês são agricultores e sabem o quanto é importante a questão do solo e a questão de carbono, que o pessoal fala muito por conta dessa questão de pagamento pelos serviços. Ciclagem de água, sem floresta não tem chuva; manutenção de biodiversidade; fornecimento de alimentos; equilíbrio climático;

e produção de oxigênio. Esses são só alguns dos serviços dos quais nós estamos falando.

Conservação de biodiversidade está ali, e a gente, às vezes, simplifica muito as conversas só em carbono. Mas a gente tem que se lembrar das questões de água, a gente tem que se lembrar das questões de biodiversidade, e a gente também tem que se lembrar de outras questões que não estão aqui, que são extremamente importantes, inclusive para manutenção disso tudo, que são as questões da sociobiodiversidade, as questões, por exemplo, culturais, dos indígenas, das populações tradicionais também.

E aí, eu só trouxe uma imagem para a gente falar. O pessoal fala muito em mudança climática, mas mudança climática é normal, ela acontece sempre. E eu vejo, às vezes, desculpa às vezes ficar de costas para vocês aqui da Mesa. A gente vê, às vezes, as pessoas falando muito de mudança climática e tudo, é importante lembrar que isso é uma questão natural do planeta. Aqui a gente fala, por exemplo, hoje de manhã mesmo eu vi, 'ah, hoje de manhã, lá em Ariquemes, deu uma chuva, foi a chuva mais forte dos últimos vinte anos, nunca tinha dado uma chuva daquelas'

Não sei, tem um monte de questões que podem estar influenciando nas questões da percepção das pessoas, inclusive o bombardeio de informações que tem com relação à mudança climática.

Então, assim uma questão muito importante para nós é que, para dizermos que está tendo mudança climática, a gente precisa de série histórica. Clima é diferente de tempo. O tempo muda, de manhã amanhece ensolarado, de tarde está chuvoso, mas o clima tem que ter uma série histórica de pelo menos 30 anos mais ou menos, no mínimo, de medição para eu dizer que as coisas estão mudando.

Eu sei que muita gente aqui vai dizer: 'Ah, quando eu cheguei aqui há 10 anos, eu cheguei aqui há 34 anos e o clima era diferente'. A gente tem percepções diferentes do que é hoje, mas para gente dizer então que está tendo mudança, a gente precisa ter esse acompanhamento histórico com dados, para a gente realmente poder dizer que realmente está tendo mudança climática. Então, às vezes, as pessoas falam muito disso, mas a gente hoje, aqui em Rondônia, ainda tem pouquíssimos dados para poder dizer com segurança que estão acontecendo essas mudanças. Aí, eu fiz só uma brincadeira aqui, e a gente vai ver por que as pessoas falam tanto, por que todos os países têm discutido tanto essa questão da mudança climática. E a gente também está falando, lógico que quando a gente está falando dessas questões de futuro, não é? Que eu botei uma brincadeira aqui, que é muito séria, 'um dia, meu filho, tudo isso será seu', então vocês estão vendo só esse monte de terra seca, que não produz nada, que não tem água, aqui tem ali, a gente vê essa situação das pessoas, com bastante dificuldade. E a gente, então, quando está falando, a gente também está falando do modelo que a gente quer de desenvolvimento aqui para a Amazônia, porque senão daqui a alguns dias, a gente vê já algumas áreas que não tem mais água, de solo bastante degradado, de rios assoreados e tudo isso daí.

Então, para vocês entenderem, olha, a questão da temperatura da Terra, ela oscila de 50 a 90 graus em determinados lugares, mas ela recebe a radiação solar, e aí

boa parte da energia volta para o espaço, uma pequena parte fica retida aqui na superfície do planeta, que é o que o pessoal chama de efeito estufa. Isso é normal. Então, em média, a temperatura é de 15 graus. Isso é o efeito estufa natural. Se não fosse isso, se parte dessa energia não ficasse dentro da atmosfera, a nossa temperatura iria ser de menos 18 graus, ou seja, por exemplo, a gente não ia ter aqui, o verde que a gente tem, não teríamos a Floresta Amazônica, não teríamos toda essa biodiversidade, não estaríamos aqui hoje só de camiseta, igual a gente está aqui. Então por exemplo, muitos gases, a gente vai mostrar ali, contribuem para essa questão desse aquecimento natural. Quando o pessoal fala em crescimento antrópico, é que, a gente vai mostrar os dados ali, hoje devido às atividades humanas de indústrias, de produção agropecuária, de produção de combustível fóssil, de emissão, de saneamento, de um monte de questões, nós emitimos mais gases, que estão ali, aqueles três gases, eu falo para vocês, são: dióxido de carbono, metano e óxido nitroso, são gases que ajudam a ficar quente aqui a superfície do planeta. Eles têm um potencial de receber a radiação solar muito grande, de absorção de radiação solar, e aí eles ficam retidos na superfície. E eles funcionam como, seria bom se tivesse uma lousa aqui para a gente desenhar, eles ficam como se fosse um cobertor tampando a volta dessa radiação, e como ela fica presa embaixo desse cobertor, fica mais quente.

Ali é um exemplo que eu dou sempre, que é muito claro, vocês deixam o carro de vocês no sol, quando você entra no carro está bem mais quente do que fora. É mais ou menos isso, que está acontecendo aqui com o planeta, só para vocês entenderem.

E aonde que essa mudança se dá? Na atmosfera. A atmosfera envolve a Terra, é aqui onde nós estamos respirando agora, então ela tem mais ou menos 18 quilômetros e ela é composta por esses gases. Ela é composta por gases aerossóis e água, principalmente nitrogênio e oxigênio e outros gases. E aí olha, esses que a gente chama assim, essa é a composição, então 78% de nitrogênio e 20 de oxigênio.

Eu queria que vocês prestassem atenção de 0,04% aqui, que são os gases que contribuem com o aquecimento global. Está ali o dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. Tudo é baseado em carbono, porque desses gases que contribuem para o aquecimento global, o que tem maior abundância é o carbono. Então, olha relativamente, vocês estão olhando aqui, eles têm muito mais partes do que, por exemplo, metano e óxido nitroso. Então vocês dizem assim: o óxido nitroso é menos importante do que, por exemplo, o dióxido de carbono? Depende. Vocês vão ver que as fontes de emissão são diferentes e eu vou falar para vocês de outras questões que são o tempo de residência desses gases no ar.

Bom, por que é que o pessoal fala que somos nós, nós humanos que estamos aqui influenciando, impactando, fazendo com que o ritmo da mudança climática seja acelerada? Quando nós começamos a nos organizar nas áreas urbanas, depois da Revolução Industrial e tudo, e esses aglomerados urbanos começaram a crescer, é lógico que também precisou de uma agricultura para alimentar essas pessoas que estavam nesses aglomerados urbanos e mudou toda a dinâmica que tinha a sociedade do período pré-industrial, para depois da revolução industrial. Então se vocês olharem aqui, mais ou menos 1750

e um pouquinho depois, vocês vão ver que todos os gases, o dióxido de carbono se vocês olharem quando aumentam as concentrações de pessoas nas áreas urbanas daqui para cá, curva exponencial. Se vocês olharem também o metano, mais ou menos na mesma época, eles mediram que começou a aumentar muito. Se vocês olharem o óxido nitroso, também na mesma época, começou a aumentar e se vocês olharem a população também começou a aumentar. Então esse é o principal argumento para mostrar, isso é do Painel Intergovernamental só para mudanças climáticas. Então, esse é o principal argumento que se tem para dizer que somos nós humanos que estamos impactando e acelerando essas questões dos aquecimentos globais. E aí tem uma questão importante, como eu ia falando para vocês, dos gases. A gente tem o dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. Isso daqui, por exemplo, eles têm capacidade de absorção de radiação diferente e eles ficam tempo na atmosfera, diferentes. Por exemplo, o dióxido de carbono fica 200 anos, o metano de 12 a 17 e o dióxido nitroso, 120. Só que, em compensação, o óxido nitroso, esse aqui verdinho, tem uma capacidade de absorção de radiação, por exemplo, comparado com o dióxido de carbono que é gás de comparação, de 296 vezes mais capacidade de absorção. Ou seja, além de ele ficar lá 120 anos, ele absorve 296 vezes mais radiação, ou seja, ele aquece muito mais.

E aí eu vou mostrar para vocês de onde que vêm esses gases aí. Bom, tem algumas emissões que são naturais, por exemplo, como a dos vulcões. As tempestades de poeira; então, olha, essa tempestade de poeira está lá na Costa da África, do outro lado do Atlântico. Quem é agricultor e vai comprar NPK, o fósforo, o P é do fósforo, certo? A África, com essas tempestades de poeira, para vocês verem como está tudo ligado, quando essa tempestade de poeira acontece, uma semana depois ela está aqui na Amazônia. A maior parte do fósforo que tem na Amazônia vem lá da África. Só para vocês verem como as coisas estão ligadas e a gente não está separado do resto do mundo em nada. E aí a gente tem também os compostos voláteis orgânicos, que são terpenos que são oriundos de decomposição de matéria orgânica. Aerossóis marítimos, tudo isso é natural. Agora a gente vem para os antropogênicos, para os que somos nós que produzimos. Queima de combustível fóssil, queimada, queima de biomassa. Está aí Porto Velho, uma imagem satélite da NASA. Porto Velho durante a queimada, como fica bonito, agora está diminuindo, não é não Secretário? Poeira. E aí o que é que isso influencia gente? Por exemplo, uma das questões que influencia na composição das nuvens. Essas superfícies têm duas funções, as superfícies brancas. Elas refletem radiação solar de forma diferente, então areia, nuvem, tudo isso daí reflete radiação para fora da Terra de novo. E outra função por exemplo, das nuvens, fazer chuva, lógico, mas quando eu tenho muitas queimadas ou muita poeira, tudo isso daí eu tenho na formação da nuvem. Partículas que se unem a essa partícula de gota de água que vai formar a chuva e aí a chuva que cairia num determinado lugar porque ela seria transportada pelas massas aéreas, subiria até uma altura X e seria transportada, quanto mais alto, mais velocidade, mais transporte, mais distância tem, tá gente? Essa chuva, por exemplo, e isso tem muitos estudos aqui, inclusive em Rondônia, ela vai se formar as nuvens de precipitação em altitudes menores e elas vão viajar menos

no espaço. Significa que eu estou num lugar que antes chovia muito, agora pode chover pouco porque essa chuva mal consegue subir para formar e já precipita. Em vez dela subir, viajar e precipitar, cair a chuva, ela vai ficar chovendo só aqui e não chegar lá aonde ela tinha que chegar. Isso é uma das questões que influencia.

E onde estão os maiores compartimentos, por exemplo, de dióxido de carbono? Então eles estão aqui, principalmente, nos solos e na vegetação. Olha como a gente nem fala dos solos. A gente, geralmente, quando fala de carbono, a gente só fala da floresta e tudo. Os solos têm três vezes mais carbono do que tem na floresta. E a gente tem essas carbonatadas que estão aqui, carbonáticas ou carbonatadas, como queiram, que estão aqui embaixo, que são os maiores depósitos de carbono que existe no mundo.

O metano. Aqui a gente tem alguns sumidores que são a troposfera, a parte mais alta lá da atmosfera, e aí a gente tem algumas atividades que emitem metano: mudanças do uso da terra, seja para a agricultura, para a urbanização, questão de esgoto, tudo o que produz muita decomposição de matéria orgânica, produz bastante metano. E aí a gente tem algumas coisas ali: cupinzais, arrozais, fermentação entérica do gado, não é brincadeira, não é a flatulência do gado, é a ruminação do gado é que emite metano.

Aí a gente tem o ciclo do nitrogênio também. E a gente vê ali os ambientes onde tem, nos solos de novo, e na parte de sedimentos, muito nitrogênio. E aí a gente vê ali onde eles estão, essas áreas que têm, mais ou menos, óxido nitroso acumulado.

E aí por que é importante a gente entender isso daí? Porque agora a gente vai entender como funciona cada atividade dessas dentro do sistema e qual é... Lógico, são linhas gerais e isso varia de lugar para lugar, por exemplo, transporte. Esses dias eu vi um dado que em São Paulo a maior parte da emissão não vem das indústrias, vem do transporte. Então isso vai variar de lugar para lugar dependendo da quantidade do que é trabalhado. Aqui em Rondônia, muito provavelmente, a maior parte da emissão venha de mudanças do uso da terra, ou seja, a agropecuária. E aqui é um dado que é de 1996, mas ele não mudou muito, esse dado aqui é do mundo, está bom? Na maioria dos países do mundo, cerca de mais ou menos 65%, 70% das emissões, vêm de parte de indústrias e queima de combustíveis fósseis. Uma menor parte, em torno de 34%, vem de agricultura e mudança do uso da terra.

O que é que diferencia isso? Se vocês olharem as mudanças de uso da terra, a maior parte da emissão é de óxido nitroso, aquele gás que tem um potencial de aquecimento de absorção de radiação muito grande, que fica muito tempo pairando aí na superfície do planeta. Então, por exemplo, menos de dióxido de carbono. Dióxido de carbono vem mais da parte de indústria e queima de combustíveis fósseis. Então como, quando a gente fala assim: ah, o país polui muito, polui pouco. Tem que ver também, polui e qual o tipo de poluição que ele está mandando para a atmosfera.

Aqui a gente tem o Brasil, e aqui têm alguns dados bastante interessantes. Aqui uma queda de desmatamento de 2004 até o ano passado em torno de 82,5%, o desmatamento na Amazônia. E aqui a gente tem os inventários de emissão de gases de efeito estufa do Ministério da Ciência e Tecnologia,

de 1994, de 2005 e de 2012. Em 1994, as questões de mudança do uso da terra e florestas eram responsáveis por 75% da emissão aqui no Brasil. Em 2005, se vocês olharem a questão de uso da terra e florestas, embora tenha uma grande contribuição, ela diminuiu muito. E, em 2014, se vocês olharem, energia e agropecuária disputam aqui 37%, 37%, como diria, pau a pau quem é o maior emissor hoje, a questão de florestas contribui com apenas 15% dentro deste cenário. Ou seja, houve uma diminuição, houve um aumento da parte de produção e houve também um aumento de emissão por energia.

E aí quais são os impactos de causa, gente? A gente tem uma série de impactos nas questões de saúde, agricultura, florestas, água doce, tudo isso daí, de biodiversidade, um monte de impactos. Então a gente tem uma questão, por exemplo, de mais chuvas em determinados lugares, a gente vê o Sul do Brasil sempre sofrendo com questão de enchentes, agora, a gente vê outros países aí, também. A gente teve, recentemente, uma enchente que pode ou não ter sido causada, mas independente da causa e da origem, a gente sabe o estrago que isso faz. Quem trabalha aqui diretamente com a população, sabe o quanto isso impacta as demandas dos serviços sociais que são prestados a eles. O quanto isso custa para os cofres públicos. Então, a gente não pode pagar para ver se é ou se não, ficar discutindo, a gente tem que ir, eu acho que pelo princípio da cautela e trabalhar para evitar isso daí.

Alguns lugares, lógico, vão ficar mais secos, o nível do mar vai subir. E aí tem algumas questões que dizem respeito assim, gente, o nível do mar já foi muito mais rápido do que ele é hoje. A gente, como o nível do mar recuou, a gente avançou para ocupar aquelas áreas. E agora a gente quer que o mar se comporte de acordo com o que a gente construiu socialmente, é mais difícil.

Então aí é só uma curiosidade, se todo o gelo do mundo da Antártida derretesse o mar ia subir 61 metros. Porto Velho está 82 metros de altitude com relação ao nível do mar, talvez ali pertinho a gente já tivesse uma praia.

Só que a gente vai ter muito mais impactos de doenças que se proliferam via água, por exemplo, malária, dengue, tudo isso daí. Aí os mapas dos países que serão mais impactados, principalmente, na faixa dos trópicos.

Isso aqui é bastante sério, aqui eles estão prevendo para Amazônia aumentos de até 5 graus em determinados lugares, de 4.4, 4.2, isso são dados de modelagem, está gente? Podem ou não ser verdade isso daí.

E o que é ruim? É que muitas das áreas têm uma perspectiva de que o Brasil perca de 15 a 25% de sua capacidade produtiva agrícola, justamente por conta dessa mudança da terra. Se o solo ficar mais quente a gente tem uma questão de maior perda de água, ressecamento de solo, endurecimento, encrustamento, compactação, erosão, tudo isso daí. E aí impacto de biodiversidade que a gente pode também perder bastante com isso daí.

Isso aqui é só para vocês entenderem o *ranking* de emissões, de mudança do uso da terra. Está ali o Brasil é um dos grandes emissores do mundo, o 4º emissor se for contar a União Europeia como um todo. E aí o que é ruim no Brasil, gente, é que muito do que coloca o Brasil lá, diz respeito às queimadas. Por que é que é ruim quando a gente está falando de queimada? Quando a gente está falando de queimada, o

que é que a queimada faz para a gente, gera riqueza? Nada, está degradando o solo a médio e longo prazo, e a gente pode discutir isso aqui com os agricultores, isso é um trabalho que eu faço. A gente perde biodiversidade, a gente perde material genético, a gente perde um monte de outras questões, perde capacidade produtiva do solo, não ganha capacidade produtiva.

Eu sei que muitos podem dizer: ah, mas depois a lavoura vem com força. Vem talvez na primeira, se a pessoa der sorte de não chover e por conta de uma série de questões. Mas de médio a longo prazo, vocês agricultores estão danificando o solo de vocês.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Alexis, 5 minutos, está?

O SR. ALEXIS BASTOS – Está bom. Isso aí são algumas coisas que o pessoal estava fazendo, não tem tempo.

Aqui, só para vocês entenderem o pessoal queria reduzir as emissões em torno de 5%, com base em 90, nos protocolos que foram assinados, principalmente, Protocolo de Kyoto. E aí a gente está fazendo toda essa discussão e ao invés de diminuir 5%, nós aumentamos 40% desde esse período aí.

E aqui na Amazônia o que é que a gente está falando, então? Bom, esse daqui eu queria conversar com vocês. Aqui a gente vê sempre uma discussão que é muito antagônica: ah, é produção, é conservação, é economia, é meio ambiente. Gente, isso não existe. Vocês viram que a produção, a produção de vocês é feita no solo, a produção de vocês depende de água, para ter água depende de chuva, depende de rios saudáveis, depende disso tudo.

Rondônia é um Estado que está aqui, olha, a maior parte, isso aqui eu tirei de uma apresentação da EMBRAPA que eu vi lá hoje. O que mais contribui para o ICMS de Rondônia está aqui, café, madeira e gado. Tem café sem água, gente? Tem café sem solo bom? Tem criação de gado sem água? Não existe isso, gente. Tem criação de gado sem boa pastagem? A gente vê aí agricultores que trabalham com média de litro de leite, três litros e meio. É ridículo isso. Isso só mantém o agricultor na pobreza, a pessoa tirar três litros e meio de leite. Precisa trabalhar tecnologia, investir mais em agricultura, porque investir na agricultura é investir em saúde, educação e segurança. Investir em tecnologias, investir em buscar conhecimento, está certo?

Eu visitei áreas no Paraná que uma vaca produz 60 litros, gente. Não precisa ser isso aqui, mas também não pode ser três litros e meio para ter que brigar com o bezerro, não é? E aí gente tem os mercados de pagamento por serviços ambientais. A gente tem o REDD que é o que valoriza a floresta em pé hoje. Hoje, a gente precisa encontrar mecanismos para que o agricultor também possa ser beneficiado. Esses mercados aí são muitos, como é que eu digo, eles favorecem muito quem tem grandes extensões de áreas, hoje eles são inviáveis para o agricultor familiar. Contudo, a gente precisa ver algumas questões que vão ser postas aqui por outras pessoas de experiências que são pagamentos por serviços ambientais. O pessoal de Itapuã, Cujubim e Machadinho, dentro em breve, vão começar a receber pagamentos de serviços ambientais por ter sua propriedade regularizada. E a gente tem um conceito novo também, que não é pagamento por serviços ambientais,

mas são pagamentos por serviços socioambientais, filhos vacinados, filhos na escola, participação das associações para discutir organização social, não é? Esses são alguns dos parâmetros que a gente está colocando para fazer esse trabalho aí.

Então, dentro de tudo isso daí, como é que o agricultor se insere, aquele que manteve a sua mata ciliar, aquele tem sua reserva legal? Uma das propostas, a gente vai discutir várias aqui, que a gente vê de viabilidade, é de reconhecimento por isso daí. É de isenção de taxas, é de isenção de impostos, é de prioridades, às vezes, na assistência técnica na extensão rural, não é? E também, lógico, a gente tem que ver na questão das indústrias, a gente tem que gerar isso, a gente está fazendo uma Lei de Mudanças Climáticas, eu acho que, quem polui mais deve ser responsabilizado? Sim, porém, as indústrias e “x” comércio e todos os outros que estão aí na cadeia produtiva, várias delas, por exemplo, aqueles que fazem seu dever de casa e que conseguem mostrar melhorias, também têm que ser beneficiados depois com diminuição de carga tributária, não sei como, com alguns incentivos, com selos, com outras questões para que não seja mais a discussão que está sendo posta de uma Lei que só venha para cobrar das pessoas, mas que também faça o reconhecimento daqueles que trabalham por um ambiente melhor.

E, por último, só para encerrar, que é uma coisa que parece muito básica, mas eu vejo se repetir muito aí. Os contatos, quem quiser... Meio ambiente, gente, não é separado de nós. Aqui é meio ambiente. Aqui ninguém vai ficar jogando lixo no chão, cuspidor no chão, está entendendo? Aqui também é meio ambiente. Na sua casa, no seu bairro, na sua rua, meio ambiente não é só lá na floresta. Meio ambiente não é só lá onde eu planto. Meio ambiente é tudo! Tudo! Tudo, tudo, tudo que nós construímos é meio ambiente, está bom?

Muito obrigado. Eu acho que eu fiquei dentro do tempo. O tempo é complexo. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Alexis. Depois você vai preparando as proposições aí, que o grupo de trabalho pensou para a gente apresentar rapidamente, no final.

Passo a palavra agora, para o Fábio Menezes, Presidente da FETAGRO, também apresentar as ideias que tem a Federação dos Trabalhadores na Agricultura sobre pagamento por serviços ambientais e ações executadas.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Fábio Menezes é Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura e o tema dele é Inserção da Agricultura Familiar no Potencial de PSA e REDD.

Só um minutinho para eu registrar a presença do senhor Isaías de Souza, representando a Superintendência da CEPLAC; Antônio Augusto, Assessor Jurídico do Sindicato dos Soldados da Borracha; Itamar Ferreira, Presidente da CUT; Toni, Industrial Presidente do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável. E também registrar a presença do nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Fábio, deixa só o Presidente cumprimentar o público, e aí... Senhor

Presidente, só para dar pelo menos, uma boa tarde para o nosso povo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Bom, e quero aqui cumprimentar a todos, senhoras e senhores. Cumprimentar aqui o proponente desta Audiência, Deputado Lazinho da Fetagro, em nome dele cumprimentar toda a FETAGRO e os agricultores que ele representa. Cumprimentar aqui o Coronel Vilson, nós já estivemos conversando hoje, bastante e, em nome dele, cumprimentar toda a Mesa, o Presidente Fábio, que assumiu a vaga e depois ele pode concorrer a sua vaga de Deputado, cuidado, hem! E parabenizar, Deputado Lazinho pela Audiência e eu acompanhei um pouco do projeto, da intenção do Deputado, do que vocês, hoje, nós estamos debatendo aqui, eu sei que é de grande importância. Hoje eu estive com o nosso amigo aqui lá na SEAGRI, Júnior, ele está representando aqui o Padovani e eu sei da importância deste projeto e desta Audiência e a importância de cada um aqui presente, porque vão debater para chegar no projeto, concluir esse projeto que vai ser de grande importância aí para os nossos agricultores, principalmente os que precisam fazer reposição de área e principalmente quando o Deputado Lazinho falou do produtor de café, que vão plantar o café e vai poder, com a lavoura de café, poder fazer reposição das suas áreas. Então, além de nós termos um produto que hoje gera receita para as nossas famílias e também que gera economia para o nosso Estado. O café, hoje é responsável por 12% do ICMS. Eu fui comprador de café por dez anos, eu sei quanto o ICMS, o café deixa no cofre do Estado. Então, além dele gerar economia para o Estado, ele gera economia para as famílias. Portanto, eu quero aqui parabenizar ao Deputado Lazinho, por encabeçar esse projeto tão importante, que vai depender de cada um de vocês que são pecuaristas, que são produtores pequenos e grandes, são técnicos na área da agricultura, portanto eu sei que talvez só esta Audiência de hoje, não chegue num consenso do tamanho do projeto que está sendo debatido, discutido nesta data que inicia esta Audiência Pública.

Então, parabéns Deputado Lazinho, pelo seu trabalho aqui na Casa, que tem nos orgulhado muito, principalmente quando fala em defesa do nosso agricultor, do médio, do pequeno agricultor, do pequeno agricultor rural. Portanto, nos orgulha muito pelo conhecimento, pela sua experiência como Presidente da FETAGRO, que agregou durante esses anos à frente daquela instituição. Portanto, isso nos enriquece e nos fortalece aqui nos debates e nas demandas dos projetos quando nós estamos aqui falando de agricultura.

Então, parabéns por esta Audiência e por vosso trabalho nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Presidente. Agradeço pelo apoio recebido nesta Casa.

Passo então para o senhor Fábio Menezes, Presidente da FETAGRO.

O SR. FÁBIO MENEZES – Obrigado, Deputado Lazinho. Parabenizar também o Deputado Maurão, por ter dado condições dos nossos debates estarem acontecendo aqui.

O debate sobre o pagamento dos serviços ambientais, REDD e tantos outros, sempre eram muito demandados para

fazer aqui na Assembleia, mas durante muitos anos, este auditório, este espaço, não debateu as questões que eram de interesse da agricultura familiar. Então, isso é uma nova fase. Então, é graças ao trabalho do Deputado Lazinho, mas também graças ao vosso entendimento, ao vosso apoio, e a gente precisa registrar isso aqui, nossas lideranças sabem muito bem disso. Assuntos de muita relevância, de grande relevância e acabavam não fazendo parte dos debates aqui desta Casa.

Queria registrar aqui a presença do nosso Vice-Presidente da FETAGRO, Udo; da nossa Secretária de Meio Ambiente, Cleonice; da nossa Secretária de Política Agrícola, Eleassandra; nosso Secretário de Políticas Sociais; nosso companheiro Ecimar; da nossa Assessora de Comunicação, Luciane. E queria agradecer Deputado, toda a sua equipe que colaborou conosco também no Festival da Juventude, especialmente a equipe lá de Jarú. A equipe de Jarú, do seu escritório, nos ajudou bastante. Está aí o nosso colega Jean; o Ênio e o Fernandinho certamente estão lá acompanhando a Audiência, mas toda a equipe que ajudou a gente na organização do Festival e aos nossos sindicatos.

Essa temática de pagamentos por Serviços Ambientais, de Mudanças Climáticas, de REDD, talvez, tenha sido um dos primeiros assuntos a ser trabalhado pela Federação. Eu conversava com Carlinhos Dantas, que na época era Diretor, quando no ano 2000, a Federação lançou uma campanha chamada de Campanha de Mata Ciliares. Já naquela época, há quinze anos, a Federação via a importância desse debate, de pensar o meio ambiente, pensar o solo, pensar o clima, pensar principalmente a água. E esse trabalho das Matas Ciliares, à época, gerou, o Doutor Olavo, na época o GTA, a Comissão Pastoral da Terra, gerou, por exemplo, o Projeto Proteger que atuava desde a capacitação dos agricultores para combater os incêndios, para a diminuição das queimadas, a companheira Neidinha, para melhor utilização da água, para a agroecologia.

Depois, nós tivemos uma nova experiência, chamada Silvopastoril, que agregava a produção agropecuária com o plantio de essências florestais, de você transformar a atividade pecuária menos danosa, menos nociva ao meio ambiente, e diversos processos de formação em agroecologia. Porque esse trabalho de conscientização ambiental vai por duas vias, de maneira mais abrangente. Uma são as ações de qualificação de apoio, de assistência técnica. A outra que eu acho que é a que nós estamos aqui discutindo, é o papel do Poder Público de dar suporte, construir políticas públicas, dar orientação técnica, fomento, custeio, porque sem uma delas essa política ambiental não consegue ter uma efetiva aplicação. E aí, como eu falei na minha apresentação ali, têm diversas instituições que desenvolvem hoje, tanto trabalho de proposição de ações, mas também ações concretas. E eu queria aqui parabenizar o Alex pela apresentação, porque eu acho que dá para toda a Mesa uma dimensão ainda maior do que é esse pagamento por serviços socioambientais, REDD, e as consequências, mas principalmente pelo trabalho que a RIOTERRA, que a Ecoporé tem feito, e tantas outras instituições. Às vezes é um trabalho que tinha que ser melhor capitaneado, melhor divulgado. Essas experiências tinham que disseminar o Estado, Secretário, porque são experiências muito exitosas. São experiências que podem ter a média e a longo prazo um impacto muito positivo.

Queria observar outra situação, Deputado Lazinho, e já parabenizá-lo com relação ao novo Código Florestal. Que nós só estamos fazendo esse debate hoje aqui, ao nível que estamos, porque nós tiramos o agricultor da condição de criminoso ambiental, que era assim que ele era tratado, de criminoso ambiental, para um produtor de serviços socioambientais. Porque ele hoje tem condições de estar legalizado, de fazer o cadastro ambiental, de ter condições da sua propriedade hoje ser uma ferramenta de equilíbrio ambiental. Antes ele era um criminoso ambiental, porque ele não conseguia de maneira alguma atender às exigências da legislação e, portanto ficava fora, fora dos aportes públicos, tanto do ponto de vista do crédito do custeio, mas também da própria condição de tratamento junto ao órgão ambiental. E o novo Código Florestal dá essa condição, ele dá essa condição de que a política ambiental possa ser implantada, possa ser efetivamente cumprida e possa trazer, além da legalidade, possa ter mecanismo de apoio, de apoio e de fomento ao agricultor. E que, à época, essa ação do Código teve também o apoio do Deputado Anselmo, que foi um batalhador, enquanto Deputado Federal trouxe Audiências Públicas aqui para o Estado, trabalhou na Comissão de Elaboração da Proposta. E esse momento aqui, eu vejo que ele é a consequência, ele é a consequência de um ciclo que iniciou na década de 1960, 1970, com mais de 500 mil pessoas aqui, com desmatamento desenfreado, a Política do Toco, a benfeitoria era o toco. Então o órgão de colonização dizia: 'se você desmatar um lote, você ganha outro'. Então, nós estamos 50 anos depois, fechando esse ciclo, compreendemos que esse modelo já não atende mais e aqueles agricultores que foram conscientes à época, hoje têm sua propriedade com 40, com 50, com 60% de mata, e eles precisam ser recompensados.

E nesse sentido, nós temos duas coisas que para mim são importantíssimas. Primeiro é a questão da água. O maior produtor e preservador da água hoje é a agricultura familiar, como bem disse o Alex, sem a água não tem chuva, sem chuva não tem fertilidade, a temperatura, etc e tal. Então, esse tem que ser um critério, Deputado, a ser utilizado nessa construção dessa Lei por Serviços Socioambientais em relação a água. Também com relação à preservação da floresta, mas principalmente, essa é uma dívida social que o Estado tem com esses agricultores, que antes eram tratados como criminosos ambientais e hoje o Estado começa a enxergar que o agricultor que tem lá 40 alqueires de terra e que mantém 25%, 30% de mata, de que aquilo lá não foi só uma imposição legal, mas foi consciência ambiental. Porque muitos outros esqueceram a Lei, os 42 alqueires estão todos desmatados. Então nós Federação e, estamos participando do grupo de trabalho, a gente traz principalmente essa cobrança de como esse agricultor que manteve a sua propriedade hoje, ele possa ser recompensado. Como essa política ambiental pode ajudar com que ele permaneça preservando, porque é de interesse de todos nós que os índices do desmatamento permaneçam como está.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Dois minutos Fábio.

O SR. FÁBIO MENEZES – E por último, eu vejo que várias mudanças no Brasil começaram nos Estados. A exemplo do

zoneamento, a exemplo do próprio Código, eu acho que nós podemos aqui, nós podemos aqui no Estado sermos precursores aí, assim como outros, de um modelo que pode também ser adotado pelo Governo Federal, com aporte, com um volume ainda muito maior. De você poder remunerar o agricultor que preserva o solo, que preserva a mata, que preserva a biodiversidade, que preserva a água, que preserva quem trabalha pela manutenção do clima, mas principalmente para que essa visão de passivo que o agricultor tem hoje da mata possa ser deixada de lado e ele possa, com essa preservação ambiental, ter aporte para desenvolver outras atividades como o turismo, como o manejo sustentável. Que hoje, Secretário, é muito difícil fazer um manejo florestal hoje, eu acho que é muito mais fácil conseguir uma licença para desmatar do que para conseguir fazer um manejo florestal de uma propriedade pequena. Eu falo isso por que nós tentamos por 4 anos, e desistimos.

Então assim, esse conjunto de ações precisa ter uma resposta mais efetiva para que esse agricultor não trate a preservação ambiental como um passivo, como um prejuízo, como um *déficit*. Mas que essas potencialidades possam ser trabalhadas e isso para o bem da humanidade, para a economia do Estado, para a produtividade, pra a questão climática. É o que nós estamos vendo, Deputado, é que a mecanização tem chegada com força, e os nossos córregos estão sendo entupidos ou de terra ou de veneno, e aquele que preserva vai precisar de apoio para ficar na sua propriedade. Senão ele vai arrendar para plantar soja, para plantar cana e a produção de alimentos, que é hoje a base da economia do nosso Estado, poderá ser prejudicada.

Então minhas palavras são essas. Agradecemos a oportunidade desta Audiência e esperamos que essa lei possa de fato trazer os resultados que a agricultura familiar aguarda. E o senhor é a pessoa ideal e capacitada para conduzir isso e trazer outros Deputados para comprar essa política como uma prioridade para o nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Senhor Presidente, obrigado pelo tempo.

Sem mais delongas o senhor Paulo Bonavigo. Vossa Excelência sabe qual é o seu tempo, com 2 minutos eu aviso.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – O Sr. Paulo Henrique Bonavigo possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Rondônia. Pós-Graduado em Metodologia do Ensino Superior e Inovações Curriculares. Desenvolveu diversos trabalhos com Comunidades Tradicionais, Produtores Rurais, Povos Indígenas e Unidades de Conservação, atuando por mais de dois anos como Coordenador de Unidades de Conservação do estado de Rondônia pela SEDAM. Foi Coordenador de Educação Ambiental no Projeto Viveiro Cidadão, executado pela Ecoporé. É professor da Faculdade de Rondônia – FARO e atualmente Tesoureiro da Ecoporé. Tema da Palestra: "Recuperação Florestal de áreas degradadas como mecanismo para pagamento de serviços ambientais, fixação de carbono e composição de renda para a agricultura familiar".

O SR. PAULO HENRIQUE BONAVIGO – Boa tarde a todos. Quero agradecer aqui em nome da Ecoporé o convite para a

gente apresentar um pouco do que a gente desenvolveu nesses últimos anos em termos de recuperação de áreas degradadas. A Ecoporé é uma associação sem fins lucrativos que já está há 27 anos no Estado de Rondônia, desde 1988.

Bom, rapidamente, o Alexis já fez uma abordagem sobre os serviços ambientais. Trabalha-se com um termo também chamado serviços ecossistêmicos, são combustíveis, água, espaço de recreação, enfim, vários serviços que o meio ambiente fornece às populações humanas. E aí entra também controle de gases, temperatura, enfim, tudo que influencia na qualidade de vida das pessoas. E aí tem várias classificações. Longe de ter esgotadas essas classificações, algumas são: beleza cênica, proteção da biodiversidade, proteção das bacias hidrográficas dos rios, e sequestro e armazenamento de carbono. Têm várias outras, mas essas são só algumas só para a gente se situar um pouco no tempo.

Bom, e o que é que os serviços ambientais podem gerar de possibilidades? Primeiro, criação de mecanismos de pagamentos públicos e privados para quem tem esse serviço e quem oferece ele em sua propriedade; criação de fundos que possam levar alguns benefícios para as populações humanas, comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores rurais; isenções tributárias e adequação ambiental da propriedade rural também. E aí uma coisa que a gente tem que discutir, quando pensar em serviços ambientais é: quem são os pagadores e quem são os possíveis beneficiários. Acho que o Alexis explanou bem aqui essas questões, “ah, se você polui, você é um pagador”. Porém, várias empresas hoje adotam medidas mitigadoras. Então com certeza elas não pagariam pelo montante e sim só pelos que elas não conseguem mitigar.

A Ecoporé partiu de um Projeto Viveiro Cidadão, executou entre 2013 e 2015. Esse Projeto, o patrocínio foi da Petrobrás através dos Programas Sociais e Ambientais que ela tem. Esse Projeto foi executado no município de Rolim de Moura, Novo Horizonte e Castanheiras, chamada Zona da Mata Rondoniense. É uma região do Estado com grande passivo ambiental, são municípios que têm suas áreas, primeiramente, pega toda bacia ou microbacia de um rio, chamada rio Palha, que vai desaguar, vai pertencer à bacia do rio Machado.

Aqui são mapas de 2013 com as áreas de desmatamento. Municípios como de Rolim de Moura, esse que está embaixo aqui, ele tem já 89%, quase 90% de suas áreas desmatadas; Novo Horizonte 87%; e Castanheiras, que é um município acima, já com quase 80% da sua área desmatada. Então, boa parte da região hidrográfica dessa região já sofre, Rolim de Moura já sofreu, em 2005, problemas com a captação de água, então faltou água no município, tiveram que ampliar o processo de captação, encarecendo assim esse serviço prestado. E o Projeto, a Ecoporé, a partir de um viveiro, nós, em dois anos, tentamos recuperar um pouquinho de algumas áreas e APP dessa região e fornecer também a alguns produtores rurais alternativas de renda.

Bom, o trabalho foi desenvolvido todo em cima de um viveiro. A Ecoporé possui um viveiro em Rolim de Moura, uma sede lá, dentro desse viveiro, e utilizou a metodologia do Ministério do Meio Ambiente chamado Viveiro Educador. Que a partir de um Viveiro Florestal você desenvolve outros trabalhos, como não só a recuperação de áreas e pesquisa onde tem a produção de mudas, coletas de sementes, quebra de dormência.

Além disso, que todo viveiro faz, é trabalhar a Educação Ambiental, que dentro desse contexto, então as escolas, os municípios, os produtores rurais, nós trabalhamos capacitação. Teve curso de viveiristas, as escolas participaram de visitas no Viveiro. E tudo isso aliado também à comunicação, que como era uma boa prática de um processo de recuperação de áreas que envolvia produtores rurais, pessoas como o Fábio bem colocou aqui, em um texto anterior, há vários anos, sentiu necessidade ou era obrigado, pediam que utilizassem a terra e desmatasse. Então, hoje muita gente tem os igarapés secando, nascentes que sumiram e eles necessitavam desse apoio, que recuperar a área degradada não é tão barato.

Aqui só um pouquinho do que foi a comunicação. Então o grande gargalo, muitas vezes, é mostrar o que é bem feito. É muito fácil, às vezes você pegar uma atividade ruim e jogar ela na mídia, todo mundo vai ver. O que é bem feito, o que é executado, muitas vezes não aparece. E um dos eixos, uma das coisas do eixo de comunicação era isso, mostrar que era possível auxiliar produtores rurais e trabalhar com eles nos processos de recuperação de áreas.

Os números da comunicação, nós participamos de vários eventos, inclusive o Rondônia Rural Show junto ao *stand* da SEDAM. Tem uma foto do Secretário entregando mudas ali no *stand*, participamos de vários simpósios, seminários, isso em escala estadual, mas também nunca deixamos de atender as escolas nos níveis municipais que era as palestras em escolas, trabalhar com os alunos diretamente. Na educação ambiental, na nossa meta proposta, em 2013, no início do Projeto, nós queríamos atingir diretamente 480 pessoas. No final, a demanda foi tanta que nós chegamos a quase 7.000 pessoas atendidas diretamente de alguma forma por educação ambiental. A gente extrapola por três para atingir indiretamente, aquela ali também. Então a gente esperava que a gente conseguisse, que iria bater essa meta, porém não tanto quanto nós conseguimos.

Aqui algumas atividades. Tiveram plantio de mudas em escolas, propriedades rurais, os alunos ajudavam algumas atividades dentro do Viveiro, em áreas externas, áreas já recuperadas há mais tempo, para os alunos verem todo o processo de recuperação. E aí vem à questão de áreas degradadas. A gente a princípio, tinha uma meta de 400 mil mudas em dois anos, nós produzimos 711 mil mudas, produzimos e entregamos 711 mil mudas. Nós atendemos 220 propriedades rurais, a meta era 80, mas assim, também foi uma meta, talvez pensada, baixa. Várias propriedades rurais não atingiram nem um hectare de recuperação, meio hectare, algumas maiores dois, três hectares. Mas a nossa meta proposta era de 130 hectares e nós conseguimos por em recuperação 216 hectares. Naquele contexto não parece muita coisa, mas para os produtores que foram atendidos pelo Projeto, um hectare, meio hectare na propriedade dele já era uma coisa muito significativa.

E como é que era feita a recuperação de áreas degradadas? Tudo partia, claro nós fizemos várias exposições, vários seminários bem grandes, pensando em atrair os produtores rurais. Então a princípio, a gente tinha, nós nunca paramos, a partir do momento que nós tínhamos o Viveiro, nunca paramos de coletar sementes, marcar matrizes e acompanhar os processos de fenologia dessas espécies para coletar e produzir mudas.

Nós não forçamos nenhum produtor rural, deixamos o cadastro em aberto, era voluntário. Então, o produtor ia, encontrava algum técnico, a EMATER foi uma grande parceira nesse processo, porque ela, principalmente em Castanheiras, foi ela que cadastrou muitos produtores rurais. Então, eles eram cadastrados, a partir do cadastro, não exigia documentação de terra, era só o cadastro mesmo. Fazia-se, um técnico da Instituição ia até a área da pessoa, fazia uma vistoria, olhava, media, quanto de muda ia precisar e enfim, fazia toda essa proposta técnica de cada área. E a partir disso tinha entrega de mudas nós disponibilizávamos as mudas, levávamos até a propriedade do produtor e insumos. Como o nosso público lá era de pequenos produtores, propriedades de um módulo fiscal, dois módulos fiscais, nós fornecíamos também, para o produtor rural, material de isolamento que era palanque de cerca e arame. Claro, tinha o adubo que a gente fornecia também, isca para formiga, enfim, a gente tinha vários insumos, mas os principais eram para isolamento das áreas que muitos tinham o pasto até a beira d'água e para recuperar a gente tinha que isolar e aí a brincadeira ia começar a ficar cara e o produtor com certeza não ia iniciar esse processo. Então, a gente fornecia isso e o produtor plantava. A contrapartida dele era fazer as covas, combater a braquiária, plantar e aí a gente só fazia acompanhamento técnico. Quando a gente tinha dificuldades, problemas, a gente enviava equipe para campo, ajudava. Assistência técnica, pelo menos, cada propriedade rural dessas 220, que eu falei para vocês, foram visitadas duas vezes por ano para acompanhamento e a partir disso foi feito o monitoramento e mapeamento de tudo o que foi feito.

Aqui são exemplos de uma área de um produtor numa Linha 152 lá do Norte, lá de Novo Horizonte. Essa aqui em vermelho é a área de APP dele. E outra coisa que o Projeto fornecia para as pessoas, não só de APP, mas também produtores que tinham interesse em começar recuperar reserva legal, de alguma forma como o SAFs ou silvopastoris. Nesse caso aqui esse produtor optou pelo silvopastoril, gado sombreado. Então, a gente em amarelo está o que ele, o que a gente forneceu de muda, insumo para ele sombreadar. Na verdade, nós fornecemos muda para ele fazer essa primeira parte aqui. Ele gostou e, por conta, aí ele não quis insumo, não quis. Na verdade, a gente até propôs ajudá-lo, mas ele, por conta, fez essa área de silvopastoril abaixo, do lado de cá da imagem, do lado direito da imagem.

Então, a gente percebe que muitas vezes é um pouco de falta de conhecimento ou de que pode melhorar na qualidade de vida dele ou da sua criação, nesse caso, ele tem vaca leiteira. E fomentando isso, algumas pessoas enxergam que tem um pouquinho mais de capital que conseguem, começam fazer por conta própria.

Toda propriedade rural que nós recuperamos ou ajudamos a recuperar, foi feito um mapinha como este aqui, uma coisa bem simples, mas é para acompanhamento, então tinham fotos. Essa propriedade aqui foi uma propriedade que teve a recuperação de APP, da dona Gracilda, teve APP do rio que corta a propriedade dela e ela quis fazer na sequência da APP, mais 30 metros de SAF – Sistemas Agroflorestal. Então isso aqui foi no início do Projeto, a foto do lado de cá, e no final do projeto a gente já tem na área, aqui ainda é a APP, mas já

tem uma área bem sombreada. Claro que ela cuidou muito bem, enfim, a terra dela era muito boa. Então, em dois anos, menos de dois anos a gente já tinha uma mata ciliar com a copa quase fechada, já tinha muita matéria orgânica, claro, que já estava num processo bem avançado de recuperação.

Então aqui em amarelo ficou a APP dela, a mata ciliar e em verde a área de SAF dela.

Então aqui tem um mapa geral da bacia, as propriedades atendidas são essas, os pontinhos vermelhos. Notem que tem alguns pontos vermelhos fora da bacia, até porque, a gente tinha muitos produtores que nos procuravam quando viam a possibilidade, que o CAR estava batendo à porta e continua batendo à porta desses produtores rurais, nos procuravam para auxílio, 'pão, eu vou precisar recuperar'. Uns começavam só por uma questão de obrigação, outros já não, eu quero recuperar', não queriam só o que estava no Código Florestal e isso era muito legal. Ah, 5 metros não é nada, eu quero que coloque 15, 20, 30, como em alguns casos.

Então a gente não teve como deixar de atender esses produtores fora da bacia também. Eles não são computados naqueles números que a gente mostrou para vocês, até porque aqueles números são os que foram apresentados nos relatórios para a Petrobras.

Então, quais eram as conquistas e possibilidades que esses produtores tinham quando se pensava em pagamento por serviços ambientais? Primeiro que a propriedade rural, talvez não ficasse 100% adequada, porém, pelo menos a área de APP, as áreas da mata ciliar, ele poderia já conseguir recuperar com auxílio do projeto. E os que quisessem uma reserva legal também podiam começar. A gente produziu mais de 70 espécies de plantas nativas, todas nativas. Nós produzimos a Teca, que foi uma exótica, mas isso era para atender alguns produtores que queriam dentro dos SAFs ou dos silvopastoris, o resto, 70 espécies nativas coletadas na região mesmo.

Conservação de recursos hídricos era muito legal. Teve produtor, no início do projeto que veio depois, deu entrevista para a gente, esteve em Seminários, levantou a mão para falar que melhorou e aumentou a quantidade de água nas propriedades, nas nascentes que eles tinham recuperado. Então a gente percebe que ele começa a preservar o recurso hídrico. Os serviços ambientais, clima, fauna, flora, a questão da biodiversidade também, as propriedades, muitos elogiaram também, que melhorou a qualidade do ambiente onde eles estavam.

O sequestro de carbono no processo de recuperação, controle biológico, a gente sabe que áreas são, que onde você tem os predadores naturais de algumas pragas que os produtores enfrentam, você consegue ter menos problemas com essas pragas.

E, de forma geral, quando você tem essas conquistas, você tem melhoria de qualidade de vida. Todas essas, a gente pode dizer que elas podem, dependendo de como for formulada uma legislação e como for debatida, elas podem oferecer um serviço ambiental que essa propriedade dessa pessoa vai poder oferecer.

Aqui, só para quem tiver interesse, nós temos o *site* do viveiro cidadão (www.viveirocidadão.org.br) e o *site* do Ecoparé (www.ecopore.org.br). Aqui são os parceiros: Sindicatos rurais,

FETAGRO, INPA, esses são os parceiros, as Prefeituras dos Municípios, o CREA, a UNIR. Essa é a localização do viveiro, nosso viveiro ali em cima, na segunda foto, é em Rolim de Moura, logo, próximo ao laticínio lá de Rolim de Moura.

Bom, isso é o que a gente fez em termos de recuperação de áreas degradadas e possibilidades para os produtores rurais.

Rapidamente, o Projeto do RECA, nós participamos também... Existe uma dificuldade, propriedades rurais que não são, ou áreas de florestas que não são próximas, a gente tem uma dificuldade de pensar em como que essas áreas vão se unir para oferecer carbono. Uma área pequena, a gente sabe que é pouco carbono. O RECA é um exemplo, que está dando os passos iniciais.

Então, o RECA, as premissas eram: que todos participassem, lá tem 300 cooperados, todos cooperados soubessem o que REDD, como poderiam se inserir, como que poderiam receber a partir desse serviço ambiental, desse pagamento. Todos participaram da construção dos objetivos e principalmente das regras do projeto e sempre se pensou em respeitar a dinâmica que o RECA já tem em termos de cooperativismo.

Aqui por exemplo, dividimos os associados em 5 grupos, que na verdade já são os grupos que o próprio RECA já se autodefine e aqui em laranja, mapeadas as propriedades rurais com os que os produtores que já se cadastraram e entenderam que queriam o projeto de REDD.

Isso aqui é mais para lançar um questionamento para se pensar: propriedades com áreas de florestas pequenas que têm SAF no meio e que não são unidas, não são ligadas. Como pensar isso em pagamento, como carbono, por exemplo, que é o que o REDD está buscando. É uma dificuldade, mas o bom é que tem os passos iniciais sendo dados.

De novo, o RECA pioneiro, já foi no início quando pensou no cooperativismo, hoje com REDD de várias áreas rurais, áreas não conectadas é um desafio. E aí o RECA tem esse papel importante no histórico de sistemas agroflorestais no estado de Rondônia e, com certeza, seria muito legal eles serem beneficiados com pagamentos por serviços ambientais.

Só desafios é envolver todos os setores, monitoramento e verificação do que vai ser feito atentar para o conhecimento científico e beneficiários e benefícios, quem são: procedimentos operacionais, no caso de fundo e regulamentações. Obrigada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Paulo. O Paulo já trouxe algumas propostas também. Depois, esse material a gente vai relacionar tudo, e no grupo de trabalho, poder tocar.

Só informando que após as palestras, o público que quiser a palavra, inscreva-se. Vamos selecionar 5, pelo menos, para dois minutos cada um, poder colocar sua ideia.

Agora, passo a palavra para a Ivaneide da Kanindé, também apresentar a sua experiência.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) - Ivaneide Bandeira Cardoso, graduada em História, com Mestrado em Geografia e foco em Desenvolvimento Territorial, especialização em Análise Ambiental. Há vinte anos desenvolve trabalhos com a população indígena, Coordenadora de Projetos da Kanindé, Conselheira do Conselho Nacional de Meio Ambiente,

representando a região Norte e Conselheira do Conselho Estadual de Política Ambiental. Palestra: “Experiências sobre a primeira venda de crédito de carbono em área indígena pelo Pólo Suruí”.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Ivaneide, é contigo.

A SRA. IVANEIDE BANDEIRA CARDOSO – Boa tarde a todos.

Quero agradecer ao Deputado Lazinho por estar abrindo este espaço para a sociedade, que há muito tempo a gente não tinha um espaço aberto para ouvir a sociedade, e a gente já esteve na Comissão de Meio Ambiente e agora a gente está aqui no plenário. Dizer da minha alegria de estar com nossos companheiros da FETAGRO, lembra-me muito quando a gente estava, a Aliança dos Povos da Floresta que eu acho que a gente tem que retomar essa Aliança, que eram pequenos produtores rurais com a FETAGRO, ambientalistas, seringueiros e toda sociedade organizada. Então, eu acho que a gente precisa retomar isso, viu Fábio. É importante para a gente porque nós somos muitos fortes nessa luta.

Então eu vou falar um pouco da experiência do Projeto de Carbono Florestal Suruí. A Kanindé é uma Organização da Sociedade Civil Organizada, tem vinte e dois anos e é formada de vários profissionais, estudantes, produtores rurais, indígenas, tem representação de várias pessoas da sociedade.

Quais são os marcos legais, nos quais a gente se baseia para tratar essa questão voltada para a questão indígena? E às vezes, alguém aqui pode pensar, 'pô, mas vai ser só para índios?' Não, porque nós hoje no Estado temos 23 terras indígenas demarcadas e homologadas, e temos quase cinquenta e quatro unidades de conservação, contando tudo.

Ou seja, ao todo vai dar umas oitenta e cinco áreas protegidas no Estado. Só que essas áreas, todas fazem limite com propriedades rurais pequenas, grandes, grandes latifúndios também. Então, é de uma importância muito grande, nos últimos levantamentos sobre desmatamentos, você vai ver que dentro de terra indígena, o desmatamento atual, dado atual, foi de 2%, na unidade de conservação 22% e fora disso, todo o resto. Então, do lado de fora se desmata mais. Então, os marcos legais que a gente tem para garantir o direito para pagamento de serviços ambientais, porque, nós da Kanindé, Metareilá, Ecam, Forest Trends, não tínhamos certeza se os indígenas podiam receber pagamentos por serviços ambientais. Então contratamos uma empresa, a Back Mackenzie para fazer um estudo se os índios podiam fazer isso, se os indígenas podiam, e aí esse estudo indicou que eles podiam fazer. E o país não tem uma legislação própria ainda. O Brasil ainda não tem. O Iremar, até me deu, ainda agora, uma proposta que o ex-deputado Anselmo, em 2007, já se preocupava com isso.

Então, estamos nós aqui em 2015 discutindo, numa Audiência Pública, e isso é muito louvável, parabéns ao Deputado Lazinho, por puxar isso, discutindo numa Audiência Pública para criar uma legislação para o Estado, de pagamentos por serviços ambientais. Que isso é muito importante para o produtor rural, para o grande pecuarista, para o pequeno pecuarista, para o grande produtor rural, para o pequeno produtor rural, para os indígenas e para a população em geral.

Está de parabéns por fazer isso, Deputado Lazinho. E

os nossos marcos legais estão lá no Estatuto do Índio que está há mais de quase trinta anos, nós estamos tentando mudar lá na Câmara dos Deputados, nas convenções da biodiversidade, que o Alexis tocou aqui muito rapidamente, por conta da falta de tempo. E principalmente na PNGATI que é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, onde traz a contribuição para a manutenção dos ecossistemas nos biomas das terras indígenas, por meio da proteção, conservação, recuperação dos recursos naturais, imprescindíveis à reprodução física e cultural dos presentes e futuras gerações. Porque o que nós estamos aqui não é só preocupado com o agora, nós estamos preocupados com o futuro. Como é que, que estado nós vamos deixar para as nossas futuras gerações, na proteção do território e na melhoria da qualidade de vida. Porque os indígenas também fazem roça, eles são produtores, são produtores indígenas. Eles vendem café, eles vendem banana, eles vendem, eles têm uma produção agrícola grande, são grandes produtores. Mas eles precisam do meio ambiente deles sadio, eles precisam sadio, eles precisam das florestas em pé, eles precisam da água e também no artigo b, que traz: 'elaborar e implementar com a participação dos povos indígenas e da FUNAI, planos conjuntos da administração de área de sobreposição de terra indígena, com unidade de conservação garantida a gestão do Órgão Ambiental e respeito do uso e costumes dos povos indígenas'.

Por que eu trouxe esse artigo? Porque no Estado, nós temos a maior área do Estado, que é a terra indígena *Uru-Eu-Wau-Wau* que é sobreposta a uma unidade de conservação que é o Parque Nacional de Picaás Novas, cuja gestão é compartilhada, e é a caixa d'água do nosso Estado, que tem um serviço ambiental hídrico importantíssimo para o Estado e que a gente precisa preservar, mas também a gente precisa garantir que os índios ganhem por isso. E que também a população de trabalhadores rurais e outros proprietários que vivem no entorno e que estão nessa bacia, que também possam receber pagamento por estarem preservando essas áreas.

Eu trouxe um pouco o mapa das terras indígenas e só para vocês vejam o estado de Rondônia que aqui está. O que nós temos hoje preservado é basicamente, como eu já disse, são terras indígenas e unidades de conservação. Então, é importante para o Estado pensar, como vai agir no entorno dessas áreas, e como vai agir dentro da área. O Deputado Cleiton Roque está com uma Proposta de Lei de Política Estadual para Povos Indígenas que é importante que tenha urgência neste Estado, e que foi encaminhado pelo nosso Secretário – “nosso”! eu já estou na maior intimidade, Vilson - pela SEDAM para análise, que pelo que o Deputado disse, ela está bem adiantada. E aí a gente precisa, Deputado Lazinho, que Vossa Excelência e os demais Deputados apoiem o Deputado Cleiton Roque para agilizar a aprovação, porque isso é bom para o Estado, não é ruim.

E aí eu trouxe o mapa, este mapa, gente, eu quero que vocês olhem, porque é um mapa atualizadíssimo. Este mapa é para que vocês vejam, onde está vermelho, é o desmatamento no Estado, e percebam que só tem floresta, basicamente dentro de Unidade de Conservação e terra indígena. Só que todas essas Unidades, se vocês prestarem atenção às terras indígenas, elas estão no limite. Olhem a terra indígena Rio Branco aqui, é o limite. O limite totalmente desmatado. Então

você consegue identificar bem, e essas áreas são áreas de florestas. E a nossa proposta aqui para este plenário e para esta Casa de Leis, é que possa trazer, fazer a consulta pública para a criação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais e Mudança Climática, possa fazer as discussões com os povos indígenas, possa fazer a discussão com os Sindicatos, com os trabalhadores rurais, com os empresários locais, os empresários são muito importante para nós também, que possam fazer com toda a sociedade, porque nós temos uma área de floresta que está nos corredores étnicos ambientais, que são importantíssimos, para que possamos manter a floresta em pé. Nós temos um problema seriíssimo hoje no entorno de todas elas, que é a invasão por madeireiros de forma ilegal, de forma ilegal, e não são todos os madeireiros que fazem invasão. E, acaba que os madeireiros que trabalham de forma correta, eles acabam sendo penalizados pelos que trabalham de forma errada. A mesma coisa, tem pecuarista invadindo terra indígena, que acaba prejudicando também.

Então a nossa proposta, como eu só tenho 2 minutos, o Projeto de Carbono Suruí é o primeiro projeto do Brasil que ganhou vários prêmios. Esse projeto é importantíssimo, por quê? Porque os índios há 10 anos, quando fizeram um levantamento da sua terra, o diagnóstico da sua terra, viram que 7% da sua terra estava desmatada e eles tomaram a atitude de recuperar a terra, e há 10 anos, quando nem se discutia carbono, ele tinham decidido fazer um projeto de carbono.

Acontece que esse projeto hoje corre risco por conta de invasão de madeireiros, por conta também das várias invencionices de pessoas que dizem que fazer Projeto de REDD a pessoa perde a terra. Não perde a terra se deixar de usar a sua terra. Nenhum projeto de REDD impede ninguém de usar o seu território, até porque isso é garantido na Constituição Federal, você não pode intervir nos usos e costumes.

Agora eles ganharam, são o 4º do mundo, conseguiram fazer todo o estudo, conseguiram negociar o carbono com a Natura, com a FIFA, e aí ele conseguiram trazer recurso para implementar o Plano de Gestão da Terra deles, que eles têm um plano pensado para 50 anos. E dentro desse projeto eles apoiam outros projetos que são interessantes para a comunidade, mas que também são interessantes para a manutenção da floresta em pé. Então, os Suruí estão dando uma lição de como ganhar recurso com a floresta em pé e nesta Audiência aqui, o que a gente espera é que possa sair daqui as diretrizes que a gente, todos possamos trazer as diretrizes, os princípios, discutir isso com a comunidade para a criação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, assim como faz o estado do Acre, assim como faz o estado do Amazonas. E que a gente pode sentar junto, eu peço para os amigos da FETAGRO, vamos sentar junto, indígena, trabalhadores rurais, empresários, políticos, para criar uma lei que possa beneficiar a todos.

Infelizmente, pode passar para o último *slide*, para ver o meu *email*, se alguém quiser entrar em contato. Obrigada e a gente está à disposição para ajudar aqui Assembleia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu que agradeço Ivaneide pela apresentação e pela compreensão também. O Edson da FAPERON, pediu dois minutos, vai sair, não pode ficar até o final?

O SR. EDSON AFONSO – Infelizmente não posso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Então, dois minutos para você. Se quiser usar a tribuna pode usar. Fique à vontade.

O SR. EDSON AFONSO – Não é necessário Deputado. Primeiramente parabenizar o Deputado Lazinho e a Comissão do Meio Ambiente. Meu nome é Edson Afonso, represento hoje a Federação da Agricultura aqui, em nome do Presidente Hélio Dias, trago Deputado Lazinho e toda a Mesa, em nome do Vilson, do Governo do Estado, a EMATER, meu amigo Fábio. Mais uma vez Fábio daqui para frente nós vamos estar juntos nas discussões, que é importante para o setor produtivo do Estado. Trazer os parabéns a Vossa Excelência Deputado Lazinho, por essa discussão, realmente esta Casa tem que discutir, não só esses projetos, mas como os demais projetos, principalmente os projetos estruturais que dá condição do produtor rural crescer e pelo menos se manter ativo, principalmente com essa crise iminente, que a crise em Rondônia, segundo estudo agora em Brasília, da CNA, deve chegar muito forte em 2016 no setor produtivo, em Rondônia. Nós, Deputado, com relação a essas questões ambientais, nós temos também algumas ideias com relação aos benefícios que o produtor rural que preservou possa ter a questão de desconto no ITBI. Nós temos aquela questão dos créditos rurais ambientais, que não está regulamentada, desde 2012, Fábio, lá pelo Ministério. E aí o nosso Vilson, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado não tem condições de fazer essa regulamentação aqui. Ficam algumas considerações, para a gente trabalhar isso junto. A Federação vai apoiar toda essa ação a esse projeto. Nós vamos estar aqui acompanhando daqui para frente. Eu, particularmente Deputado, acredito muito que quando se tem uma estruturação básica e ela seja muito clara, com as regras muito claras principalmente para o setor produtivo, que quem ganha são os produtores rurais. Eu acredito hoje, se você Vilson perguntar para todos nós produtores rurais que estamos aqui, quais são as regras básicas, claras, nós temos que cumprir hoje fundiário e ambiental. Eu acredito que 2% de nós presentes vamos saber o que nós temos que cumprir.

Fica aqui Vilson, um pedido, que na quarta-feira nós vamos estar aqui com você, a gente está discutindo realmente aquela questão da finalização dos CAR. Tem muito CAR sendo reprovado. Nós temos a questão dos termos do CAR, que é uma coisa que já deveria estar pronta. Os produtores têm que saber o que eles têm que fazer daqui para frente. Nós temos um CAR, parece que estão fazendo mutirão para isso também. E com relação ao Terra Legal, que está parado, fica aí para a FETAGRO, Fabinho, uma proposta para a gente trabalhar junto. Nós temos uma reunião para daqui a 15 minutos com o Sérgio Lopes, que nós vamos pleitear em nome de todos os produtores, pequeno, médio e grande, essa normatização. Não pode deixar o setor produtivo a mercê de falta de regulamentação.

Eu chamo atenção por último, Deputado, para o senhor dar uma olhada no Decreto do Governador, Decerto nº 19.989 que trata da regulamentação do que é posse no Estado. Simplesmente, resumindo para vocês, esse Decreto diz que para o produtor rural, Fabinho, que está no setor de posse para ele comprovar a posse ele tem que apresentar o Título Definitivo, ou seja, por esse Decreto nós não temos posse no

Estado. Fica um alerta aí para esta Casa, para o Vilson, discutir isso com Advogado da SEDAM, Doutor Mateus, mas infelizmente, a gente está enfrentando alguns pontos que me parece que não está sendo bem estudado antes de se criar uma lei, uma norma.

Agradeço, peço desculpas a todos pela minha saída, mas vamos acompanhar isso direto. A Federação está à disposição, Deputado Lazinho. E parabéns mais uma vez por este evento. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Edson. Edson, você já está convidado, alguém da FAPERON, para poder participar desse grupo de trabalho junto com a gente, para discutir essa proposta, ok? Aí vai chegar o convite, vai chegar o aviso. Normalmente é muito rápido, mas a equipe vai se virar aí e montar essa proposta junto com todos nós. Obrigado.

O SR. EDSON AFONSO – Nós agradecemos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado. O senhor Adilson Pepino, com prazo que Vossa Excelência já sabe e com dois minutos eu aviso.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – O senhor Adilson Pepino é Consultor Florestal desde 1983. Em 1984 iniciou pesquisa sobre a espécie florestal nativa mais cultivada do Brasil, *Schizolobium Amazonicum*, nome vulgar: Pinho Cuiabano, *Bandarra* e *Paricá*, até então uma espécie com tecnologia totalmente desconhecida para cultivos de florestas plantadas. Adquiriu vasta experiência em cultivo de espécies florestais com fins comerciais como *Paricá*, Eucalipto, *Pinus*, Mogno Africano e Teca. Em 1989 iniciou pesquisas para revitalizações de nascentes e matas ciliares. Adquiriu vasta experiência em produção de mudas de várias espécies florestais nativas e exóticas. Publicou informativos referentes a cultivos de florestas plantadas. Prestou serviços em renomadas empresas como a Lammy Compensados, Madeira Urupá, Sincol S/A e atualmente a Florasetec – Serviço Tecnológico Reflorestal da Amazônia Ltda. Nos últimos três anos vem se dedicando de modo muito especial nas questões de revitalizações de nascentes hídricas. Tema da palestra:

“Projeto Qualidade de Vida”.

O SR. ADILSON PEPINO – Muito obrigado. Primeiramente agradecer ao Deputado Lazinho e a Vereadora Márcia Regina por essa oportunidade. E em nome do Deputado agradecer a Mesa. O nosso Projeto hoje é o Projeto Qualidade de Vida. Qualidade de Vida, a pessoa deve estar se perguntando: o que é que tem a ver a floresta plantada com qualidade de vida? Tem tudo a ver, senhores. Primeiramente, o país tem 5.564 municípios que cultivam florestas. Desses 5.564, nem 100 cultivam. O IDH desses municípios são superiores a todos os outros municípios que não cultivam as florestas plantadas. Vou fazer a minha apresentação. Meu, sou Adilson Pepino, vou dispensar porque o cidadão já fez toda a apresentação.

Nós temos apoio do Governo de Rondônia, o Governador abraçou a causa da floresta plantada e a Assembleia Legislativa, através do ex-deputado Jaques Testoni que incentivou bastante e fez uma legislação específica para o estado de Rondônia.

O Banco da Amazônia, esse Banco é o único hoje que tem recursos financeiros para investidora em toda a área florestal na Amazônia. E a nossa empresa há mais de 30 anos levando desenvolvimento e tecnologia ao homem do campo na Amazônia, parceria que tem dado certo.

E hoje, a minha grande frustração é essa aqui, gente, dinheiro dá em árvores. Em 1986 quando a gente levava essa informação ao empresário que era madeireiro, para incentivar e cultivar a floresta, ele me fazia essa pergunta: dinheiro dá em árvores? Pepino? E eu com a minha falta de capacidade, na época, não tinha condições de explicar para ele e provar para ele que madeira dá muito dinheiro. E, além de dar muito dinheiro, garante o futuro de gerações.

Então, vamos lá, senhores.

Tudo se inicia através da muda. Primeiramente nós vamos falar da importância e cultivar a floresta plantada, sobre o consumo mundial. Hoje o planeta consome três 3.6 bilhões m³ de madeira por ano. O equivalente que nós precisamos, de 900 km² de floresta plantada por ano. Aí, nós fizemos uma sátira que todas as pessoas, que quando a mídia fala de devastação, 500 hectares, isso corresponde a 500 campos de futebol. Então nós estamos, só para ter uma ideia, 125.4 milhões de campos de futebol.

Florestas plantadas, desde o início de século 20, são cultivadas florestas plantadas no Brasil. Precisamente em 1903, através do seu Navarro de Andrade, que trouxe as primeiras mudas de Eucalipto para São Paulo. E a partir de 1947, o *Pinus elliottii*, plantado em São Paulo, no Paraná em 1965, a Teca, com seu Luiz Faite, em Cárcere. E a partir de 1983, os empresários já conscientes, em Rondônia que começou o cultivo aqui em Rondônia do Paricá, do nosso Pinho Cuiabano, através dos irmãos Matana, o Clóvis e o Mário, e o Mogno Africano o seu Hiroshi Okajima e o Fernando Albuquerque, em Paragominas, no estado do Pará.

As florestas plantadas de Paricá, Eucalipto e Pinus, de Teca e Mogno Africano no Brasil, somam mais de 8 milhões de hectares.

Isso é muito, gente? É pouco. Em vista, a Finlândia é um país que tem a área territorial, o dobro do Acre, e tem mais florestas plantadas do que nós, e o faturamento é maior do que o nosso.

Gás carbônico, o pessoal já falou sobre o gás carbônico aqui, e o Estado tem que promover uma legislação específica para essa área. As florestas de *Pinus* e Eucaliptos, só eles, absorvem 191 milhões de toneladas ano de gás carbônico da atmosfera, o Estado está perdendo de arrecadar com isso.

Geração de riqueza. O Brasil, em 2012, exportou mais de 10 bilhões de dólares, teve uma arrecadação de 7.6 bilhões em tributos. Vocês podem perguntar: mas exportou 10 bilhões e arrecadou 7.7 bilhões? Mas o Brasil gerou 56 bilhões em reais de produção interna, produziu o equivalente o PIB do Paraguai. Isso é só com floresta plantada, viu gente? Então, você veja bem, a floresta plantada gerando o PIB de um país.

O fenômeno das florestas plantadas: Exportação de madeira, em 2014, cresceu 10%; Não teve um segmento no Brasil que cresceu isso, 10%; Emprega cerca de 4.5 milhões de pessoas no país todo; e Fica em 3º lugar no saldo da balança comercial, apenas do complexo de soja e carne. Então nós temos um grande potencial, principalmente, Rondônia.

Os maiores produtores de floresta plantada do planeta: a China com 77 milhões de hectares; os Estados Unidos com 25 milhões de hectares; a Rússia com 17 milhões e o Brasil apenas com 8 milhões de hectares; E veja bem, o maior IMA do planeta, de floresta plantada, está no Brasil.

É o incremento médio anual.

A Europa está com problema seriíssimo. Eles não estão conseguindo competir com as empresas brasileiras no segmento de celulose, por quê? Eles têm um IMA de 10 metros por ano. O Brasil, 50 metros cúbicos por ano e o estado de Rondônia, Deputado Lazine, nós temos florestas em Rondônia produzindo 120 metros cúbicos de madeira por ano em Pimenta Bueno. Então, há alguma coisa errada em nosso país e nós não produzimos floresta plantada.

Vegetação Original - Hoje, o Brasil mantém cerca de 69.4 da sua vegetação original; a África, 7.8; a Ásia, 5.6 e o Continente que mais nos critica tem 0,3%, para vocês terem uma ideia.

Distribuição de floresta plantada de Eucalipto no Brasil. Nós temos 15 Estados no Brasil que cultiva floresta de Eucalipto, ali não está inserido o Piauí, mas ele cultiva floresta de Eucalipto. O Amapá, e a floresta de Pinus, Rondônia tem que participar porque ele já está em 9º lugar em produção, Rondônia.

Já ganha do Espírito Santo, do Tocantins e do Amapá. Está equivalendo quase igual Mato Grosso, o ano que vem, se Deus quiser, nós passamos Mato Grosso em área cultivadas, em Rondônia, de *Pinus*.

Compromisso. Esse aqui gente, a Presidente, dia 30 de junho, concedeu uma entrevista em Washington, que ela fez um compromisso com Barack Obama, que vai cultivar 12 milhões de hectares até 2030. A minha esposa estava do meu lado, eu falei para ela "essa Presidente é muito mal assessorada, é impossível plantar 12 milhões de hectares em 15 anos". Por quê? Porque nós temos 112 anos cultivando florestas e temos só 8 milhões de hectares. Mas eu não sabia de uma informação que veio logo a seguir, de um amigo nosso, Paulo Cardoso, que mora em Campo Grande, previsão de investimentos, no Brasil, até 2040.

Aqui, agora Deputado, o Estado tem o compromisso de contratar uma empresa ou montar uma equipe para vender a imagem do Estado, por quê? Para arrecadar um pouco desses investimentos:

- Eólica, Rondônia não tem condições de fornecer eólica, energia, Biomassa, nós temos uma área de Pimenta Bueno até Vilhena, de 200 quilômetros que pode cultivar floresta. São áreas extremamente improdutivas.

- Projetos de grandes e pequenas hidrelétricas. Esse eu não sou a favor. Por que é que não sou a favor? Porque nós estamos perdendo muita nascente no estado de Rondônia, através de hidrelétricas. Porque as nascentes têm uma pressão para ela sair, você represa a água, aí com a pressão da água que está represada, faz a nascente não sair, a água.

E outro maior, a energia solar, de 125 bilhões de dólares. São os projetos que estão para investir.

Aqui, olha, lavoura de Eucalipto. Essa lavoura é no Estado de Rondônia. É variedade h-13, são algumas variedades que se adaptaram bem em Rondônia. O h-13, I-144, VM-001, *Pellita*, *Tereticornis*, são espécies... O *Tereticornis* está produzindo, em média, 85 metros cúbicos em Rondônia.

A única atividade que nós temos em Rondônia, é isso aqui, gente, lenha. A outra é o palanque de cerca, mas está bem lento. Deveria ter assim, maior aceitação. E a lenha, nós estamos tendo problemas. Por que é que nós estamos tendo problema? Porque o fornecedor de lenha clandestino, ele tem facilidade de pegar lenha numa propriedade e levar para o consumidor. Aí está desestimulando os produtores de floresta plantada em Rondônia.

Isso aqui é uma lavoura de Paricá. Isso aqui, para os senhores terem uma ideia, esse é um torno no Estado do Pará. Olha a matéria prima que eles têm para laminar, a grossura das toras. Olha o rolete que fica, com 5 centímetros. As empresas de Rondônia deixam esses roletes. Olha o desperdício de madeira. E outra, que o Estado tem que entrar nesse material.

Nós fizemos um trabalho em Ministro Andreazza, o empresário adquiriu um torno, aí ele trouxe, ele teve que pagar a diferença do ICMS. Está modernizando a empresa dele, ele teve que pagar 65 mil reais de diferença de ICMS, e o torno custa 650 mil reais. E todos os dois estando, o torno e floresta plantada e floresta nativa, o trabalho final é esse aí. É o produto, que é o compensado.

A Teca nós vamos pular. Isso aqui são áreas cultivadas em Rondônia. A exportação. Isso aqui é uma lavoura de mogno africano lá, que nós fomentamos, com 20 anos.

Aqui, gente, é o *Pinus*, variedade *Caribeño hondurensis*. Uma alternativa para a agricultura familiar. Essa lavoura vai proporcionar, em média, R\$ 1.088,00 (um mil, oitenta e oito reais), por mês, a partir do 7º ano, que vamos explorar isso aqui, gente, a goma da resina, que é empregado em mais de 3.800 subprodutos. Para vocês terem uma ideia, copo descartável é feito da goma da resina. É uma alternativa que nós deveríamos estudar. É uma espécie que é extrativismo.

Goma de resina, exportação. A serraria, depois do término da exploração da resina, você beneficia.

Falar sobre sistema *silvopastoril*, 300 plantas. Integração; o conforto térmico. Os frigoríficos, a partir, eu acho já que do ano que vem, não vai comprar mais gado em Rondônia se não tiver conforto térmico. O nosso muito obrigado. Desculpa aí por não explicar com mais detalhes, devido o tempo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Pepino.

Vocês estão vendo que a ideia é bastante eclética de aproveitamento que a gente tem, não é? Agora o senhor Robson Damasceno. É isso? Edgard, não é? Então, Doutor Edgard da SEDAM.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Edgard Menezes, Engenheiro Florestal, formado pela Universidade Federal do Paraná, concluiu o curso em dezembro de 1970. Especializações: em Gestão Ambiental pela Universidade de Rondônia; em Agronegócios pela Fundação Getúlio Vargas, patrocinado pelo Governo de Rondônia; V Ciclo de Estudo em Política Estratégica pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegacia de Rondônia. Atividades profissionais, entre elas: Técnico do Projeto Radam Brasil, trabalhos em foto interpretação em imagens de radar; serviços diversos e inventários florestais para o Programa Polo Amazônia, nos Estados do Pará e Amazonas; Consultor Ambiental pela Empresa *Jaakko Poyry* Engenharia, junto a Hidrelétrica de

Samuel; Diretor do Departamento de Ecossistema da Secretaria de Meio Ambiente de Rondônia – SEMARO; contratado como consultor pelo Programa das Nações Unidas para prestar serviços junto ao Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO; contratado como consultor pela empresa Tecnosolo Engenharia para coordenar os trabalhos de campo de inventários florestais e florísticos, para elaboração na 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia. Atualmente coordena o Programa de Florestas Plantadas na SEDAM. Tema da palestra: “Potencial da Floresta Plantada”.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Lembrando, Doutor, que qualquer dos palestrantes, que tiverem já propostas, podem encaminhar para cá, que aí a gente relata isso e no final a gente só vai apresentar para poder encaminhar. É com o senhor.

O SR. EDGARD MENEZES – Boa tarde, senhoras e senhores, Deputado Lazinho. As coisas aconteceram muito rapidamente, aproximadamente há quarenta dias, nós visitamos o seu gabinete com a vereadora Márcia Regina, e disse para o senhor, naquele momento que saía do seu gabinete muito entusiasmado com o que eu ouvi do senhor. O senhor disse que ia promover uma Audiência Pública, não pensava que fosse com a celeridade que isso aconteceu. O senhor está de parabéns. Ao nosso Secretário Vilson, cumprimentá-lo e em seu nome, permita-me, cumprimentar os demais presentes na Mesa. Um cumprimento especial a Vereadora Márcia Regina, essa pessoa a quem eu conheci, que vem nos acompanhando, vem dando sugestões, a gente vem conversando no sentido de ampliarmos esse trabalho, esse Programa de Floresta Plantada para o estado de Rondônia.

Eu venho falar aqui, de um programa que trata da questão do potencial florestal para o estado de Rondônia, uma nova alternativa de renda ao produtor rural. E nós estamos defendendo o plantio de florestas aqui, não é para ocupar aquelas áreas onde já têm processo produtivo em andamento. Nós trabalhamos com as áreas que estão no processo marginal, onde ela não produz nada. Aquele patinho feio, aquele pedaço de terra feia na propriedade do produtor, pode ser plantada floresta e com certeza, ao longo do tempo, servirá como um patrimônio, como uma poupança verde para o produtor rural. É com esse espírito que a gente vem trabalhando na SEDAM, e é com esse espírito que o Governador, que o Governo do estado de Rondônia, em 2011, através de dois instrumentos, um Decreto e uma Instrução Normativa, nós começamos o Programa de Florestas Plantadas. E disse naquela ocasião para o Governador, se ele assinasse o Decreto como nós levamos, e aqui foi uma parceria, não só o Estado, mas a Associação dos Engenheiros Florestais e o Deputado Jaques Testoni com a Flora; fizemos a proposta e dissemos para o Governador: ‘se o senhor assinar esse Decreto, o senhor vai fazer a diferença neste Estado’, e realmente as coisas estão acontecendo.

A nossa apresentação, aqui ao fundo tem um plantio de Teca, algumas coisas vão ser um pouco repetitiva do que o Pepino falou, porque quando ele chegou, a gente já tinha aprontado a palestra, mas não há prejuízo porque nós trazemos mais informações.

Nós vamos tratar aqui rapidamente, sobre políticas para florestas plantadas. E o Decreto nº 15.933, foi editado no final de maio, em 2011. E a Instrução Normativa, pela SEDAM, que veio complementar o Decreto. E, nesses dois instrumentos institucionais, a gente, ficou claro que a gente tinha alguns objetivos. O primeiro deles é propiciar a desburocratização.

Num determinado momento um cidadão, um empresário aqui me disse 'Edgard, tenho setenta mil árvores de Teca plantadas e eu não sei como fazer para tirar, porque quando eu vou a SEDAM, o processo burocrático é muito grande'. E nós trabalhamos no sentido e os senhores vão ver ao longo da apresentação que nós simplificamos esse processo burocrático.

O outro objetivo claro é a redução sobre a floresta nativa.

Então essa pressão sobre a floresta nativa continua existindo à medida que você não tem sequer, na sua propriedade rural, madeira, lenha para fazer o seu café da manhã ou fazer o seu churrasco. Quando você tem na sua propriedade, o seu plantio de árvores, você diminui, o proprietário vai diminuir a pressão sobre a floresta nativa. Então esse foi outro objetivo.

O aumento do sequestro de carbono, esse tanto que se fala. Gente, sequestro de carbono em síntese o que é que é? É pegar o carbono e transformar em lenha, 25% do peso de uma árvore é carbono, o restante é liberado, é o 2 que vai para atmosfera, e é isso que nós queremos, uma atmosfera limpa. Isso é um processo, isso é uma conversa, um exemplo muito simples, mas é assim que acontece na natureza.

O outro objetivo é a oportunidade de renda aos produtores rurais. Ao longo desse processo nós acompanhamos alguns produtores rurais, e os depoimentos são fantásticos. E eu sei, lá do caso de Novo Horizonte, um produtor rural me disse, 'Olha, eu tinha uma floresta plantada de Pinho Cuiabano, de repente eu vendi e apurei 113 mil reais, coisa que jamais eu pensava na minha vida ter esse rendimento'. Então, essa questão da renda do produtor rural foi uma preocupação. E houve uma recomendação do Governador no sentido de dizer o seguinte: 'todo e qualquer processo dessa natureza, que não gere nenhum ônus ao produtor rural, o produtor rural está muito sacrificado, o produtor rural precisa formalizar, ele precisa fazer o processo dele, mas de forma simplificada e de que não seja oneroso para eles'.

Bom, aqui nós temos alguns dados para mostrar que em 2014 foram liberados, e aqui eu quero fazer um parênteses Deputados, para os senhores aqui presentes. Nós trabalhamos a questão da floresta plantada sob dois aspectos: O primeiro deles é com relação às árvores nativas. As árvores nativas por dispositivo da Constituição Federal e de normas do IBAMA, nós temos que todas elas serem acompanhadas com documentos legais. Então, nós estamos aqui falando do Pinho Cuiabano, que é uma espécie que vem trazendo um alento muito grande aos processos industriais no estado de Rondônia. E as outras madeiras são aquelas espécies exóticas. Para essas espécies exóticas nós não tomamos conhecimento sequer. Quando as pessoas nos procura, a gente diz "Olha! não quero saber o que você está fazendo. Não precisa render uma obediência ao IBAMA nem a SEDAM, o senhor está livre para vender a sua madeira, como o senhor faz com a sua abóbora, com a sua melancia, com o seu inhame, seja lá o que for". Então, isto está equiparado à uma atividade natural de produto, como se fosse um produto agrícola.

Em 2014, nós liberamos essa quantidade de madeira e também lenha, lenha é importante hoje no Estado, porque o consumo de lenha no Estado já é significativo. Lenha para os frigoríficos, para laticínios, para cerâmicas, para o setor de cerâmicas. Então nós também liberamos lenha de forma regularizada. Esses processos tramitam dentro da SEDAM com uma facilidade muito grande. Nós não criamos entraves, apenas queremos saber onde é que está a madeira, e se o cidadão é dono ou não da área, e saber também se esses inventários florestais, se esses números mostrados são reais ou não.

E aqui nós temos números, em 2015 tivemos um avanço significativo, mas o que é importante dizer é que o Governo do estado de Rondônia inovou ao proceder à liberação para as madeiras de espécies exóticas. Essas madeiras de espécies exóticas nós liberamos, estão totalmente liberadas, não precisam passar pela SEDAM. Eu estou falando daqui de Tecas, *Pinus* e *Eucaliptos*.

Bom, as áreas plantadas no estado de Rondônia nós temos uma estimativa, a Teca com 15.700 hectares, o Eucalipto com 2.100 hectares, o Pinho Cuiabano também conhecido como *Bandarra* 4.600 hectares e *Pinus* tropical com 3.260 hectares, e outras espécies nativas. Nós vamos fazer uma breve abordagem sobre essas espécies, bem rapidamente e bem sucinto. Bom a Teca, nós vamos falar um pouco da Teca. Aqui é um plantio de Teca, e esse aqui é um plantio de Teca lá do Deputado Testoni, lá em Ouro Preto do Oeste. Os empresários de Rondônia, nós vamos mostrar números adiante, têm exportado, têm trabalhado com a Teca. Infelizmente a Teca no Brasil, é muito pouco conhecida, e o nosso processo industrial hoje, as indústrias que existem no estado de Rondônia para trabalhar a Teca não estão preparadas. São aquelas indústrias, aqueles tornos ou aquelas serrarias enormes, grandes, não é para trabalhar com a floresta plantada.

Então, razão porque nós liberamos a exportação de madeira em toras. Então os senhores estão vendo aí, caminhões e mais caminhões levando madeira para onde? Para a Ásia. Hoje a madeira de Rondônia está no Paquistão, está na Índia, está no Vietnã, está no Laos e, as madeiras trabalhadas de Teca, alguma coisa exportada, estão hoje em Portugal e na Itália. O crescimento dessa espécie é fantástico quando comparado aos seus países de origem. Aqui é outra imagem de um plantio de Teca. E aqui são os móveis produzidos por Teca. A vantagem da Teca é uma madeira que não trabalha. A Teca é uma madeira que o senhor pode deixar ao sol, à chuva, ela não empena, ela não trabalha, as madeiras são leves e são, acima de tudo, bonitas.

Aqui vamos falar um pouco sobre Eucaliptos, Eucaliptos. Hoje temos duas indústrias no Estado...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Dois minutos.

O SR. EDGARD MENEZES – Aqui Eucaliptos plantados com sementes, e a próxima lâmina Eucaliptos plantados de clones. Próximo *slide*, aqui é Pinho Cuiabano, *Bandarra*. Isso aqui é madeira da *Lano* da Amazônia uma empresa lá de Rolim de Moura. Isso aqui é madeira produzida para compensado.

Atividades de lâminas na região e em outros municípios contribuíram o ano passado em 39% no aumento da empregabilidade.

Aqui é a goma resina. Essa é uma riqueza espantosa que nós temos hoje no estado de Rondônia, que o Pepino se referiu, a goma resina. Esse produto hoje já é produzido e comercializado, no estado de Rondônia.

Aqui eu quero mostrar uma área plantada com *Pinus*, área extremamente pobre no Sul do estado de Rondônia a floresta cresce nessa situação, recuperação dos solos é espantosa. Isso aqui é uma outra imagem também mostrando o empacotamento, a embalagem da goma resina. Isso aqui é madeira produzida ao final do ciclo. O *Pinus* tem condições de produzir 15 anos, produzir goma resina e ao final de 15 anos você tem condições de fazer móveis.

Resultados alcançados. A Teca exportada, este ano, Deputados, senhores, até maio nós exportamos seis milhões duzentos e oitenta mil dólares, só com a Teca. E os contratos estão aí, até o final do ano vamos chegar acima de quinze milhões de dólares.

Bom, isso aqui duas empresas lá de Vilhena que produziram 611 toneladas de goma resina com uma renda de um milhão setecentos e setenta e um mil e novecentos reais.

E onde queremos chegar? Isso eu acho importante, permitam-me: Implantar e implementar um programa de fomento florestal que atenda produtores rurais. Para tanto formalizar parcerias e a gente entende que o Governo só não pode fazer, precisa das Prefeituras. Realizar um diagnóstico do setor florestal, dia 19 agora, estaremos contratando possivelmente, uma empresa para fazer esse serviço; e aprovar a Lei de Florestas Plantadas.

Deputado, essa Lei da Floresta Plantada, nós vamos ter a melhor Lei de Floresta no Brasil, e vai ser a primeira Lei de Florestas dentro da nova legislação, dentro do Código Florestal a ser aprovada. Queremos ter o privilégio de Rondônia, ter a sua primeira Lei de Florestas. Para isso contamos com os senhores

Ser um Estado referência, na região Norte do plantio de florestas, até o ano de 2019 quando eu penso em me aposentar.

Incentivar a instalação de indústria de beneficiamento de madeira no estado de Rondônia, sugestão da Vereadora. Nós temos hoje no estado de Rondônia alguns mecanismos que possam trazer empresas que venham trabalhar às nossas florestas plantadas. Implantar 3 viveiros em 3 municípios de Rondônia, e sensibilizar os produtores rurais. E obrigado pela presença de todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Dr. Edgard. Robson Damasceno, 2 minutos eu aviso.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Robson Damasceno Silva Junior, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Matemático, pós-graduado em Docência do Ensino Superior e Gestão Ambiental e Mestrando em Gestão e Auditoria Ambiental. Hoje exerce o cargo de Diretor Executivo da SEDAM. Tema da Palestra: “Estudo sobre a emissão de carbono veicular de Porto Velho.”

O SR. ROBSON DAMASCENO SILVA JUNIOR - Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Lazineiro. Muito obrigado pela presteza em realizar o evento.

Senhores, nós vamos apresentar o Plano de Controle de Poluição Veicular do estado de Rondônia, que foi um estudo feito por técnicos da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Ambiental no ano de 2013. O PCPV, como é chamado, ainda não foi implementado no nosso Estado. Ele apenas é um estudo, provavelmente, no ano de 2016 ele será atualizado.

E o que é que o PCPV tem a ver com o nosso tema aqui hoje? Vamos observar. A Resolução 418, de 25 de novembro de 2009, dispõe sobre os critérios para elaboração do Plano de Controle de Poluição Veicular. Através dessa Resolução nós começamos a consultar vários municípios sobre como estaria a frota de veículos no estado de Rondônia, o quanto de poluição estariam emitindo essa frota de veículos. É importante que nós não tivemos, no primeiro momento, condições de estabelecer um estudo através de equipamentos técnicos, através de instrumentos que pudessem realmente medir no ambiente, a emissão. Então, nós optamos por um estudo matemático. Por isso esse matemático vos fala.

Plano de Controle de Poluição Veicular, o artigo 3º da mesma Resolução, o Plano de Controle de Poluição Veicular constitui instrumento da gestão da qualidade do ar. Então olha só onde ele vai começar a falar com o nosso tema, do Controle da Qualidade do Ar, PRONAR. Esse Plano, no artigo 4º ele fala que tem que ser elaborado pelos órgãos ambientais, então no caso a SEDAM. E a gente já agradeceu e utilizou os informativos da Secretaria Ambiental de Meio Ambiente. Depois que a gente fez esse Plano, a gente teria que apresentar ao Conselho Estadual de Política Ambiental, apresentar, não precisava da anuência, nem aprovação do Conselho, e depois a Assembleia Legislativa é que iria fazer os trâmites necessários para a formulação da Lei.

Então, notem comigo um dado, primeiro dado. Essa Resolução é de 2010. Então o Art. 1º da Resolução nº 426, ela prorrogou até 30 de junho de 2011, os prazos para que os Estados fizessem o seu PCPV. Que ano que a gente fez o nosso? Somente em 2013. Então a gente já estava dois anos atrasados com esses estudos. E o art. 2º da mesma Resolução, estabelecia: “Os Estados cujos PCPVs prevejam implantação de um Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso deverão implementá-los até 25 de abril de 2012. Então a gente está um pouquinho atrasado, mas não se preocupem porque a nossa frota de veículos ainda não atinge o valor máximo estabelecido pela Resolução do CONAMA.

O que é que a resolução do CONAMA estabelecia? Que a gente teria que ter um plano baseado nos aspectos de qualidade do ar, na frota de veículos e no inventário de emissões. Esse Plano se condensaria no Inventário de Emissões do estado de Rondônia, que se tornaria a base do Plano de Controle de Poluição Veicular. Esse Plano tem que prever o que é que nós vamos fazer para resolver o problema de emissão de gases do efeito estufa no Estado. Fizemos então com base no Inventário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que foi o estudo da Fiocruz e da Universidade de São Paulo. Notem que lá no Parque, todo mundo já conhece lá o Parque Ecológico, antigo Parque Ecológico, que é o Parque Natural de Porto Velho, nós tínhamos uma unidade, até 2010, 2011, onde ela media o grau de emissões de partículas de gases. Essa Unidade monitorada pela USP e pela Fiocruz ficava lá no Parque Ecológico, não é isso? Não é Secretário? Lindo. Lindo,

maravilhoso. Os principais resultados desse estudo foram as principais fontes de poluentes, ele mediu, veio dos parques industriais, por incrível que pareça, nós não temos muitos parques industriais em Rondônia, mas vinha dos parques industriais, as partículas; a frota automotiva, como era o que a gente estava querendo provar; as queimadas e o desmatamento.

Queridos, observem aqui, os padrões aceitáveis de emissão, segundo as Resoluções Internacionais, para inalação vão aqui, o máximo 150 e o mínimo de 50. Isso aqui seria o padrão, falando assim para todo mundo entender, quanto dá para respirar, não vamos cientificamente alongar isso aqui.

Esse estudo, esse aparelhinho que estava lá no Parque Ecológico mediu, em 2010, 350 partículas emitidas.

Voltando lá, qual era o limite? Cento e cinquenta. Ele mediu, um aparelho só, 350, na preocupação com as nossas emissões.

O Brasil já se preocupa muito com essas suas emissões. Então o que é que o Brasil faz? Nós temos um bom combustível comparado a outros lugares do mundo, os nossos veículos novos hoje produzem menos poluição que os antigos. E há uma importância muito grande em manter uma manutenção nos nossos veículos, o que quase ninguém faz periodicamente. Aqui é um vídeo, não dá tempo de passar.

A frota de Rondônia, em 2013, com dados do DETRAN, a nossa frota era de cento e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e quatro, isso em 2000. Ela pulou para seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e sete, em maio de 2012. O tipo de veículo com maior crescimento foi as motocicletas 358,8%, seguido dos automóveis pequenos com 241,3%, e os micro-ônibus e ônibus. Aqui a quantidade.

Veículo pesado. O que é um veículo pesado? É aquele todo veículo automotor para transporte de passageiros ou de carga com massa total maior do que 3.856 quilos. O caminhão, vamos pensar só em caminhão, agora. Segundo o Porto Graneleiro, lá quando a gente começou o estudo, em 2011, foram exportados no ano de 2011, 5.000 toneladas de grãos, só estou falando em grãos. Em 2012, foram exportadas, através do Porto Graneleiro, 6.000 toneladas de grãos, seis milhões de toneladas, seis milhões, desculpem, é muito mesmo, seis milhões. Vamos lá então agora fazendo uma continha matemática básica. Considerando a média, digamos que um caminhão transporte, em média, 30 toneladas, se a gente dividisse o valor exportado, em 2011, cada caminhão desses fez um quantitativo total de frete, cada caminhão não, todos os caminhões, executaram um quantitativo de cento e cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis fretes.

O SR. LAZINHO DA FETRAGRO (Presidente) – Dois minutos.

O SR. ROBSON DAMASCENO SILVA JUNIOR – Entraram em Vilhena e foram até o Porto Graneleiro.

Em 2012, duzentos mil fretes. A figura demonstra, você pode falar assim matematicamente está doido, esse matemático aí. Esse aqui é o contador de carretas, que a gente foi lá no Posto Miriam II e tirou a foto em abril de 2012, e ela totalizava dezoito mil setecentos e oitenta e uma carretas que tinham passado lá no Posto Miriam, naquele mês.

As emissões que nós contabilizamos através das fórmulas matemáticas. Inventários de emissões veiculares de Rondônia. O que é que ficou definido? A definição de metodologia para os cálculos, levantamento da organização dos dados e a quantificação dos poluentes emitidos pela frota de veículos do Estado. Optou-se por adotar integralmente o estudo desenvolvido pela Universidade do Paraná.

Pessoal, todo esse material vai ficar disponível para vocês, que eu estou indo bem rápido.

Através do Laboratório de Pesquisa da Lema do Paraná, nós fizemos a análise de todos os municípios, observem aí, dividimos por macrorregiões. A região de Porto Velho, Candeias e Itapuã, por exemplo, qual era o total de automóveis, motocicletas diesel, e assim nós fizemos para todas as macrorregiões, região de Ariquemes, Ji-Paraná, Ouro Preto, Cacoal, Alto Alegre dos Parecis, Vilhena e Pimenteiras do Oeste, totalizando todas as emissões; Guajará-Mirim e Seringueiras.

Usamos o inventário nacional, essa é a forma utilizada para os resultados. Aqui estão os resultados de toneladas, em valores de toneladas, de cada gás que foi medido, que foi medido com o nosso estudo: gás carbônico, vinte e oito milhões, quinhentos e noventa e seis toneladas, só para ter uma ideia. Aqui por região, região de Porto Velho, Ji-Paraná.

Fechando, quais são as considerações do plano? Então, o que é que esse plano tem a ver com o nosso tema de hoje? O que nós estamos propondo aqui é inserir na Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais, Deputado, que através da inspeção de veículos, nós possamos destinar recursos para reflorestamento e ampliação do sistema de prevenção e eliminação de focos de incêndio no estado de Rondônia. É assim que o PCPV pode contribuir. Positivo?

O SR. LAZINHO DA FETRAGRO (Presidente) – Muito obrigado, meu chefe. Depois, Rafa, você pega com Dr. Robson a proposta principal dele, coloca no pacote. O Senhor Edjales Benício de Brito, mais conhecido como Jales. Então, desculpa. Primeiro o Eliezer e depois o Mauro.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Eliezer de Oliveira, da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do estado de Rondônia, Gestor Ambiental, Pós-Graduado em Saneamento e Tecnologia Ambiental; Assessor Técnico pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia; atua há 10 anos na área socioambiental no Estado. Tema da palestra: “Histórico e Potencial de Rondônia.”

O SR. ELIEZER DE OLIVEIRA – Bom, gente, boa tarde. Como educador ambiental que eu sou, eu poderia fazer vocês levantarem, dar uma esticada aí rapidinho, que eu sei que algumas pessoas estão muito cansadas, tem muitas falas aqui e aí, às vezes fica muito difícil para a gente falar depois de tantas palestras com qualidade, como foi do início até agora. Mas, a gente vai tentar se esforçar um pouquinho. E por que é que eu quero chamar a atenção de vocês para essa fala nossa aqui? Porque ela é o resumo de tudo isso que vai acontecer aqui, do que foi falado, das propostas que foram levantadas aqui. E que isso vai servir de benefício para você e para mim, não é? Porque quando a política é construída nesta Casa de Leis, ela tem que beneficiar você e a mim. Ela tem que servir

para o meu interesse e para o interesse de vocês. E aqui está as pessoas que recebem as nossas propostas e que estão, que têm a obrigação de legislar para mim e para você. E o Estado executar aquilo que foi determinado por lei. E nós, como servidores, como cidadãos, cobrar que essas leis realmente sejam executadas.

Vou chamar à atenção para vocês para a política estadual de governança climática e gestão da produção ecossistêmica.

Que nome grande é esse aí, Eliezer? É a política de mudanças climáticas do nosso Estado. Essa atividade que eu vou mostrar para vocês vem acontecendo de 2013, que é com o intuito de fazer o quê? Levantar informações, subsídios para construção da lei estadual, como está sendo proposta aqui. E desde 2013, foram acontecendo uma série de oficinas iniciais, como provocações, reunido com determinados setores do nosso Estado, para que a gente levantasse essas informações, que pudessem nos ajudar na construção dessa lei.

Eu vou falar um pouco mais devagar, apesar dos 5 minutos que eu vou ter que usar, porque as pessoas falam que eu me empolgo e falo muito rápido.

Inovação. Qual é o conceito disso? É porque essa questão da governança climática é muito mais abrangente do que a própria palavra "mudança climática". Então assim, por isso que a gente está utilizando isso, porque ela tem um olhar mais corporativo para ser usado pelo governo e para adaptação da gestão pública. E aí a gente vai falar também sobre a valorização, a gestão da produção ecossistêmica, que aqui já foi falado tanto pelo Alexis quanto pelo Paulinho, da Ecoporé, porque ela tem esse olhar de valorização a longo prazo. Porque não é uma coisa rápida quando a gente vai falar dos serviços ecossistêmicos. Então a gente tem que ter um foco de curto, médio e longo prazo. Por isso que a gente está usando essa terminologia. E por que a gente está construindo essa lei? Para que construir essa lei? Primeiro, porque diversos Estados e Municípios dentro da região Amazônica, já estão se adiantando para construir essa Lei de Mudanças Climáticas e REDD. Mas que bicho é esse, esse tal de REDD? É Redução de Emissão por Degradação e Desmatamento. A gente fica falando REDD, REDD, REDD. É porque a sigla, porque toda vez que a gente for falar de redução, de emissão, de desmatamento e degradação, fica uma palavra, vira um palavrão. Então, a gente reduz para falar de REDD.

Segundo, primeiro porque através das políticas estruturantes dentro do nosso Estado, o Estado também consegue ter acesso a recursos nacionais, internacionais que podem nos ajudar nos programas estaduais, que a gente possa implementar os programas estaduais que vão beneficiar você agricultor, pequeno agricultor, os pecuaristas. Então, por isso que a gente, então, também está pensando nisso.

E, por último, porque o Estado, agora, faz parte da Força Tarefa de Governadores para crime floresta, que tem uma sigla chamada GCF. E o que é que é isso, Eliezer? Que Força Tarefa é essa? Significa a união, uma coalizão, uma força tarefa de 20 Estados subnacionais que são reunidos no mundo todo, não só na Amazônia, não só no Brasil, mas no mundo todo existem 29 Estados que têm uma preocupação internacional ou global sobre a questão de mudanças climáticas, floresta e clima.

E qual que é a proposta? Construir nossa política de mudanças climáticas e ter uma segurança jurídica para atrair

investimentos para o nosso Estado nessa questão. Aqui foi mostrado que existe um enorme potencial, e nós começamos a perceber que nós não temos jurisdição, nós não temos lei que garanta uma tranquilidade para o investidor e para aquele que vai receber o benefício, porque não é só receber o benefício, você tem que ter a garantia. A Neide falou aqui que não existe uma jurisdição para os povos indígenas receberem esses benefícios e também não existe para você que é agricultor, que é investidor. Então a gente precisa ter uma Lei que nos ofereça essa segurança.

E como é que foi construída a metodologia dessas oficinas? A SEDAM em parceria com o Idesam, Kanindé e SEMA de Porto Velho, desenvolveram uma série de oficinas em diversas regiões, voltadas para o nivelamento de informações para a sociedade civil com temas relacionados às mudanças climáticas. Senhores, notem que para a construção da Lei, que daqui a pouco o Doutor Mauro vai falar para vocês em que pé nós estamos nessa construção, explicar mais um pouco sobre o PDCAI. Nós precisávamos reunir alguns setores, isso aqui foi um pontapé, um início porque depois para construção da Lei, nós vamos precisar, Deputado, depois fazer outras Audiências nas macrorregiões do Estado, para envolver o número máximo de pessoas, o número máximo de seguimento para discutir essa legislação. E foi muito interessante o que o Deputado está propondo, porque ele está propondo um grupo de trabalho que, de repente, com a contratação da empresa que vai ser falada daqui a pouco, pode ajudar a construir essas Audiências Públicas ao longo do Estado. E nós vamos precisar muito da ajuda de vocês.

E, no final da minha fala, eu quero fazer uma provocação que estão aí do outro lado. Porque desde o início das palestras o Governo do Estado está sendo provocado a incluir, a propor a construção. Eu também quero fazer uma provocação para todo o cidadão e para os nossos legisladores aqui.

Foram realizados cinco oficinas, sendo duas em Porto Velho, uma em Guajará-Mirim, Cacoal, Alta Floresta, reunindo, no mínimo, 25 pessoas para cada atividade, por representatividade, Universidades, o IBAMA, a FUNAI, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura, algumas regiões, a SEDAM, nossos escritórios regionais, numa reunião com um dia de duração.

A primeira parte dessa oficina, a primeira parte era para nivelar o que era essa mudança climática, que bicho é esse do REDD. E depois a gente começava a levantar, discutir temas relacionados ao uso da terra, gestão de áreas protegidas, educação ambiental entre outros, para quê? Para a gente ter um rápido diagnóstico daqueles atores, daquele ambiente onde a gente estava, do que era importante a gente incluir nessa política.

E aí, dessas oficinas, essas atividades que nós fizemos, surgiram uma série de recomendações para a construção dessa Lei. Tudo isso está guardado, sistematizado num relatório que vai ser apresentado para quem for construir a Lei, para quem vai fazer essa mobilização das Audiências Públicas dentro do Estado, e pode vir para o grupo de trabalho também, que serve como propostas levantadas dos setores representativos, realizações de inventário que já foi feito aqui, gestões de áreas protegidas. E aí tem uma série de discussões que podem ser minorizadas ou mais discutidas nos espaços que a gente pode estar construindo, se a gente vai precisar criar um instrumento,

um arranjo institucional, se vai ser na SEDAM, se vai ser um órgão específico para tratar dessa política, a gente precisa discutir e uma série de programas e planos para redução de desmatamento, conservação ambiental.

Mas o que isso tem a ver com pagamentos ou incentivos ambientais? E porque nessa Lei, a gente acredita que tudo isso pode constar aí. Uma das coisas que a gente chama atenção, Deputado, é porque a gente fala muito de pagamento, e a exemplo de outras estruturas que a gente conhece no Brasil, estão se tratando de incentivo, que significa dar subsídio para que isso vire um fomento e não um pagamento, por quê? Porque a gente tem que pensar numa estrutura onde o Estado vai ter que arrecadar muito mais, ter muito mais condições em caixa para poder pagar cada pessoa, cada empreendedor, cada produtor. Será que nós vamos ter capacidade para isso, olhando a crise que a gente está? Mas a gente também pode ter, como foi falado aqui, a criação de um Fundo onde possa incentivar, subsidiar, dar o primeiro passo para que você vire um grande empreendedor dentro da sua propriedade, que eu acho que é muito mais interessante do que ter as pessoas dependentes eternamente do governo. Se tiver dinheiro beleza, se não tiver 'eu estou na roça', no sentido pejorativo da palavra, digo que você não tem condições. Mas estar na roça, no sentido positivo, é ter capacidade e habilidade para produzir com mais e melhor qualidade. Próximos passos, eu vou passar para o nosso colega Mauro aqui, que vai falar sobre, em que situação nós estamos em relação a nossa política.

Obrigado, desculpa eu falar rápido.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – E só lembrando só temos o Dr. Mauro por 5 minutos, e o Edjales também por 10 minutos. Depois nós vamos ouvir o público que queira se pronunciar por 3 minutos cada um. E quem tiver disponibilidade de fazer proposições pode vir aqui para frente, 5, 6 lideranças dá para a gente ouvir ainda, e fazer o fechamento, Ok?

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – O senhor Mauro Santos é Coordenador Geral do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integral da SEDAM.

O SR. MAURO SANTOS – Deputado Lazinho, cumprimentar o senhor e já parabenizar pela iniciativa da Audiência, Secretário Vilson Salles, Secretário da SEDAM, em nome de quem eu cumprimento os membros da Mesa. E também cumprimentar os representantes aqui do terceiro setor, da sociedade organizada e, principalmente, com todo o carinho, os agricultores, as organizações ligadas ao serviço no campo, de quem nós dependemos muito e me orgulho por ser filho também de agricultor.

Deputados, senhores, senhoras, na verdade a minha fala não tem nenhuma apresentação. Por isso eu tomei a liberdade de falar daqui, mas para fazer um contraponto e trazer informação do que o Estado está fazendo e em que pé nós estamos na atuação do Estado dentro desse contexto.

Então eu vou tentar focar no nosso tema de compensação por emissões evitadas, pagamento de serviço ambiental. O Estado, o Governo do Estado através do nosso Governador,

que tem a sensibilidade muito grande com a questão ambiental e tem uma visão muito interessante a esse respeito, e não só a visão da proteção, mas a visão do desenvolvimento integrado, tem atuado muito forte desde sua gestão do mandato anterior.

A partir de 2011 com um trabalho muito bom da Secretaria de Meio Ambiente que nós temos que reconhecer, fez um projeto encaminhou, submeteu ao Fundo Amazônia, e esse projeto foi aprovado. Na verdade, ele se tornou um Programa do Governo hoje do Estado de Rondônia que é o PDSEAI - Programa de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental Integrado do Estado de Rondônia. Esse Programa acessou recurso da ordem de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), com contrapartida de aproximadamente R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), o estado de Rondônia, não reembolsável, que eu me lembre, como filho de Rondônia, pelo menos na história mais recente, há muito tempo o Estado não conseguia recurso a fundo perdido, popularmente chamado.

Então, esse Programa prevê um fortalecimento, uma robustez da Gestão Ambiental no Estado. A Gestão Ambiental continua sendo feita em âmbito estadual pela SEDAM, através do Secretário, dos seus Órgãos Ambientais, e dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente, mas esse programa ele visa estruturar, fortalecer.

O que para concentrar aqui no REDD, embora que o programa vá trabalhar, tem ações voltadas para o fortalecimento da fiscalização, proteção da nossa unidades de conservação, uma atividade muito forte, uma ação muito forte na meta de alcançarmos o Cadastro Ambiental Rural em todas as propriedades de até 4 módulos fiscais, então o Estado está atuando muito forte no Cadastro Ambiental Rural, que vai propiciar a regularidade ambiental no nosso Estado. E também a descentralização da gestão ambiental, que é descentralizar para os municípios, já começou aqui em Porto Velho, e nós vamos fazer em todo o Estado, além dos municípios que já estão descentralizados, mas um apoio, uma estrutura para os pequenos municípios com treinamento, capacitação, fornecimento de veículos, de equipamentos para os municípios atuarem e assumirem a gestão ambiental naquilo que for de sua competência. Isso pulveriza, facilita o acesso principalmente do produtor, do pequeno produtor, na aprovação das licenças, da piscicultura, das pequenas atividades, mais próximo e mais fácil, menos burocratizado para os produtores.

E finalmente o REDD. O que está contemplado aqui? Nós já estamos, Deputado, desde 2014, com o processo em andamento. O processo está, nós estamos na fase de aprovação final do edital que vai ser publicado nos próximos, creio, queremos crer que nos próximos dias ainda, neste ano, nós pretendemos licitar o serviço de REDD, que contempla justamente a realização de um sistema de REDD para o estado de Rondônia.

Então uma Instituição especializada vai coletar, usando esses dados que o Eliezer apresentou, todas essa base, vão ser realizadas mais seis Audiências Públicas, e aí eu já sugiro que nós aproximemos essa iniciativa dos senhores, esse grupo de trabalho, nós temos que trabalhar juntos, porque o Poder Executivo já está atuando nesse sentido e nós temos recursos para isso, a fundo perdido, como eu disse. Nós temos recursos garantidos para contratar essa Instituição, nós fazemos essas Audiências nas macrorregiões do Estado, são quatro Audiências

para coletas de propostas, vai submeter ao terceiro setor, aos setores produtivos, às associações rurais, enfim, a todos interessados, às questões ambientais, proteção, indígenas e tudo. E depois mais duas Audiências Públicas para fazer a validação da proposta. Na conclusão, vai se elaborar uma minuta de lei, e evidentemente submeter a esta Casa de Leis para o acréscimo, para o enriquecimento através dos senhores Deputados, e finalmente a aprovação da lei para criar um sistema de REDD que já prevê, e depois eu fico aqui porque o tempo é pouco, realmente eu acho que era importante essa participação como esclarecimento, mas eu fico à disposição e depois, se tiver algum questionamento e alguma complementação que a gente possa fazer, eu posso até fazer a leitura, rapidinho, do objeto dessa contratação. Ela prevê o pagamento por serviços ambientais. A Lei vem com esse escopo de prever o pagamento por serviços ambientais, sendo submetida a esta Casa de Leis para final aprovação dos senhores.

Eu creio que essa, bem resumidamente, é a nossa contribuição e nos colocamos à disposição mais uma vez agradecendo o espaço.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Mauro.

Agora pelo tempo de 10 minutos também o Sr. Edjales Benício.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Edjales Benício de Brito, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho e Presidente da Associação de Secretários Municipais de Meio Ambiente de Rondônia. Tema da Palestra: “Coleta de Resíduos Sólidos no Município de Porto Velho, Estimativa de Emissão de Carbono e Estimativa de Redução dessa Emissão pela Ação dos Catadores de Porto Velho.”

O SR. EDJALES BENÍCIO DE BRITO – Boa tarde a todos.

Parabenizar o Deputado Lazineho, e em seu nome eu cumprimento todos os integrantes da Mesa, e dizer que vem no momento oportuno esta Audiência porque abre também o mês do ‘Outubro Rosa’, não é? Estou até com o meu lacinho aqui, as nossas mulheres, então nada mais oportuno discutir isso, pagamento de serviços ambientais num mês tão importante, principalmente para a prevenção da saúde das nossas mulheres.

Eu vou frustrar um pouco aqui o convite da Mesa, que era para falar sobre a coleta seletiva, para falar sobre as emissões, por exemplo, o trabalho nossos dos catadores de materiais recicláveis. Porque eu penso que quando a Casa, o Poder Legislativo Estadual convida o município de Porto Velho para discutir pagamentos por serviços ambientais, eu penso a gente tem que ir um pouco além disso, além do tema proposto para a Prefeitura de Porto Velho.

Porto Velho, é a maior cidade do nosso Estado, é a nossa capital e, portanto também é a nossa cidade que mais desmata, seja do ponto de vista legal e ilegal, porque deram o nome mais bonito para desmatamento no aspecto legal, que agora é supressão vegetal.

Então eu vim mais com esse propósito de falar o que é que a Prefeitura de Porto Velho vem fazendo no que tange a política municipal de meio ambiente. Quando a gente foi

convidado pelo Dr. Mauro Nazif para assumir à frente da Secretaria de Meio Ambiente, o nosso Prefeito pediu que a gente melhorasse os nossos indicadores ambientais da nossa cidade. Citou a questão da arborização, Porto Velho tem um coeficiente de arborização de vias públicas com um *déficit* muito alto. A imagem de Porto Velho, em relação, principalmente por ser o município que mais desmata em Rondônia, é um dos que mais desmata na Amazônia, também não é uma imagem que nos orgulha enquanto portovelhenses. Portanto, a política municipal de meio ambiente de Porto Velho é focada na construção de uma nova agenda, com o objetivo de melhorar alguns indicadores ambientais nossos.

Essa agenda foi construída em parceria com várias organizações do qual eu tenho o grande orgulho de vir desse movimento do terceiro setor, que aqui está a Kanindé com a Neidinha, a Ecoporé, a RIOTERRA, o Idesam que é de Manaus que está aqui fazendo vários trabalhos em Rondônia, a Ecam, que é a Equipe de Conservação da Amazônia, a Raiz Nativa.

Enfim, várias organizações que nos ajudaram a construir uma agenda que a gente deu o nome Porto Velho Mais Sustentável. Essa agenda ela consiste em três eixos macros, que são: O primeiro é formulação de novas políticas públicas, fortalecimento do órgão ambiental municipal, e a ampliação da atuação da SEMAS, além do espaço urbano, além da malha urbana de Porto Velho.

Nesse primeiro eixo de formulação de políticas públicas a gente tem como um grande carro chefe nosso a política municipal de mudanças climáticas, serviços ambientais e biodiversidades.

A gente fez um chamamento público. Quem ganhou esse chamamento foi o Idesam, que é um Instituto que tem a sua sede em Manaus, que participou do Projeto Carbono Suruí e de vários outros Projetos, está lá no RECA junto com a Ecoporé também. Ajudou a elaborar a política do estado do Amazonas e coordena - não é, Eliezer? - o GCF que é essa articulação de Estados subnacionais que ainda têm florestas. O Idesam, no contrato nosso da Prefeitura com eles, consiste na elaboração de três produtos. Primeiro com o inventário de emissão do efeito estufa. Então, Porto Velho já tem o inventário concluído, apenas pediram que fizesse também, nas Audiências Públicas foram incluídos dois cenários. Um cenário incluindo a emissão dos gases pelas hidrelétricas e o outro sem a presença das hidrelétricas. Até porque, a metodologia que o Idesam adotou não considerava, por exemplo, a energia vinda de hidrelétrica como uma energia suja. Então, a gente contrariando um pouco a metodologia, a gente pediu que incluísse também as emissões, por exemplo, com as duas hidrelétricas. Além desse Inventário também um estudo de potencial de REDD mais, que o Eliezer acabou de falar aqui, só para vocês terem uma ideia, nesse estudo, Porto Velho tem um potencial de arrecadação de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) anuais. O que isso significa? Significa quase a arrecadação do nosso IPTU. Então veja a importância do REDD como instrumento de pagamento de serviços ambientais para um município como é Porto Velho.

E o terceiro produto foi construir o texto do marco regulatório do qual já está pronto e a gente ainda este mês, envia para a Câmara de Vereadores para que seja aprovado. A gente conseguindo isso, Porto Velho se torna a primeira

cidade da Amazônia a ter a sua política municipal de mudanças climáticas, serviços ambientais e biodiversidade. Então estamos próximos para sermos pioneiros nesse aspecto, em uma parceria, que eu quero aqui parabenizar a SEDAM, em nome do Vilson, sempre esteve conosco, o Eliezer falou aqui das oficinas. Esse processo vem disso também - viu Vilson? - dessa parceria SEMA, SEDAM, com o terceiro setor, a gente construiu, a gente conseguiu fazer o Edital, lançar e hoje a gente está com esses três produtos prontos e prestes a construir a primeira política, ser o primeiro município a ter essa política.

Além disso, a gente construiu, está em processo de construção também, a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. E é bom que deixe claro, e a Neidinha foi muito feliz quando mostrou os mapas aqui de Unidades Conservação em terras indígenas, quem de fato presta um grande serviço ambiental para as nossas florestas hoje, são os nossos povos Indígenas e as nossas Comunidades Tradicionais. Se não fossem eles, dificilmente ainda teria a cobertura ambiental no Estado. Então, nada mais justo do que o município de Porto Velho também ter uma política pública direcionada aos povos indígenas e as Comunidades Tradicionais.

Essa visão cartesiana que política para povos indígenas tem que ser de atribuição do Governo Federal; política de Unidade de Conservação tem que ser só para o Estado, tem que ser superada, a visão cartesiana é uma visão obsoleta, é uma visão retrograda. Ou seja, nós temos que trabalhar de forma integrada, articulada, entendeu? Todos os entes Federativos, o terceiro setor, o primeiro setor, o Governo, enfim, precisa sempre estar agindo de forma articulada e integrada. Portanto, também foi contratada a Universidade Católica que está com a incumbência de fazer o mapeamento e também construir o marco regulatório dessa política.

A outra política, que é uma política que a gente tem um carinho especial, inclusive este mês, no período de 7 a 30 de outubro, a gente vai sediar aqui o II Encontro da Região Norte de Arborização Urbana. Vão estar presentes aqui todos os Secretários das capitais Amazônicas com as suas equipes técnicas, discutindo arborização urbana na Amazônia. E aí, a política quem está construindo é o nosso Plano Diretor de Arborização Urbana. Porto Velho, como eu falei, tem um coeficiente de arborização muito baixo, em vias públicas. A arborização de Porto Velho é de quintal. Se você fizer, por exemplo, um sobrevoo em Porto Velho, vai ver que Porto Velho ainda é uma cidade bastante arborizada, mas não nas vias públicas.

Para se ter uma idéia o gráfico nosso, por exemplo, de licenciamento na construção civil é o mesmo de erradicação, por exemplo, de árvores. Que as pessoas estão construindo mais, estão construindo suas varandas, estão construindo mais e com isso derrubando um pouco de arborização que ainda têm dentro dos terrenos de Porto Velho. Então já está mais do que na hora de Porto Velho tratar arborização urbana, não como ação eventual de um Secretário ou de outro que tenha mais sensibilidade para isso, mas como uma política de Estado e permanente, com fundamentação técnica, fundamentação científica, para que de fato, a gente tenha uma cidade arborizada com pelo menos 60%, por exemplo, de espécies nativas da Amazônia. Então esse é o foco da elaboração do

nosso Plano Diretor que também, este mês, vamos apresentar para a Câmara de Vereadores.

Além disso, está quase pronto também, para lançar a licitação, e aí envolve o tema que foi proposto para mim, que era a política de saneamento ambiental. Nós não estamos vendo apenas de forma isolada a gestão integrada de resíduos sólidos.

A gente vê que essa política tem que ser articulada, a drenagem, o abastecimento de água e o esgoto sanitário de uma forma integrada. E, sobretudo, fazendo a inclusão socioprodutiva dos nossos catadores de materiais recicláveis.

Porque eles sim prestam serviço ambiental formidável para essa cidade e que precisa ser valorizado, precisa ser pago por isso e respeitado.

A gente ainda tem um modelo aqui em Porto Velho, que essa parte da gestão do resíduo doméstico é da Secretaria de Serviço Urbano, que é a SEMUSB e a SEMA fica apenas na parte de política macro, a política de educação ambiental e apoio a alguns projetos. Mas já está em processo, de fato, Porto Velho ter uma coleta seletiva.

Outra ação nossa, de agenda, é o Plano de Criação, Implementação de Unidade de Conservação. Porto Velho hoje, oficialmente, só tem uma Unidade de Conservação, digo, a Prefeitura de Porto Velho, só tem uma Unidade de Conservação que está sob sua gestão que é o Parque Natural do município de Porto Velho, que eu tenho absoluta convicção que é hoje a Unidade de Conservação mais implementada do Estado de Rondônia, com números de funcionários, com infraestrutura com o geo definido, pronto para receber a CDRU agora do Patrimônio da União, com um programa sendo já desenvolvido.

Mas a ideia é que consigamos chegar pelo menos a mil hectares de unidade de conservação dentro do município de Porto Velho. Já temos nove áreas mapeadas, quatro, a gente cria ainda este ano, inclusive - não é, Neidinha? - o Conselho acabou de aprovar duas, que a gente vai estar já, o Prefeito já vai lançar o Decreto. Isso faz parte também da nossa estratégia de...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Um minuto, Edjales.

O SR. EDJALES BENÍCIO DE BRITO – Ok. Bem próximo já de concluir mesmo. Faz parte da nossa estratégia de manter ainda fragmentos florestais dentro da malha urbana e também fora de forma mais protegida.

Além disso, estamos fazendo um forte trabalho de fortalecimento do órgão ambiental. A SEMA passará breve a ser uma Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Toda parte, por exemplo, de alvará, habite-se, certidão de uso e ocupação do solo, licenciamento ambiental, vai ser tudo concentrado e integrado nessa Secretaria, no mesmo espaço e com o mesmo órgão.

O forte investimento, por exemplo, no aparelhamento da Secretaria, com aquisição de novos computadores, GPS, decibelímetros, máquinas fotográficas e maquinários pesado que a SEMA antes não tinha. Hoje a gente já tem carro pipa, caçamba, *munck* e por aí vai. E um forte trabalho também no desenvolvimento institucional, levando para além do perímetro urbano. Hoje a gente já consegue apoiar projetos como: de manejo comunitário do pirarucu na Resex do Cuniã; Projeto

de Ecoturismo também na Resex do Cuniã; projetos, por exemplo, de oficina de bijóias para as mulheres ribeirinhas do Baixo Madeira; construção da primeira escola de bijuteria que vai ser no município de Nazaré, para a construção de instrumentos de corda com madeira apreendida, já está em processo também. E também apoio ao agricultor familiar lá em Joana D'arc, com apoio ao maquinário para a agroindústria de babaçu.

Então é isso, é uma agenda em processo, Deputado Lazinho, e que tem o nome Porto Velho Mais Sustentável com a ideia de que pelo menos o município de Porto Velho, através da Prefeitura, consiga melhorar a imagem deste município.

Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado, Edjales. Quero já chamar aqui para frente o senhor, para se fazer presente aqui na frente, o Sr. Toni dos Santos, Anacleto Vanderlei e o Ernesto Ferreira dos Santos, Ecimar Viana e Domingos Sávio, por três minutos cada um para apresentar as pospostas e a gente poder finalizar apresentando todas as propostas que saíram deste evento.

Primeiro o Sr. Toni dos Santos, por favor, fique à vontade por três minutos Toni. Aviso faltando um e com três o apito toca.

O SR. TONI DOS SANTOS – Boa tarde a todos. O meu nome é Toni. Eu sou catador de material reciclável e Coordenador Geral da Cooperativa Catanorte da Comunidade lá da Vila Princesa, que é constituída por catadores de materiais recicláveis.

Cumprimentar a Mesa aqui pela oportunidade, Deputado Lazinho que está dando essa oportunidade de a gente expor o nosso trabalho e sobre o tema também: “Pagamentos pelos Serviços Ambientais”. 15 anos de trabalho, eu trabalho no lixão, lá no aterro sanitário, daqui de Porto Velho. A gente com muita luta, conseguiu construir uma cooperativa de catadores. Hoje a gente tem um movimento, um crescimento em todo o Estado e, no mais, o serviço que a gente presta para a sociedade é muito grande. Serviços ambientais de coleta de resíduos sólidos.

Hoje eu queria colocar aqui que a gente retira, só pela Cooperativa de Catadores, mais de 100 toneladas de resíduos que a gente deixa de jogar no meio ambiente, entre plásticos, metais. A gente ainda não está conseguindo trabalhar com celulose, mas a gente precisa de incentivos de pessoas, empresários que trabalhem com esse tipo de resíduo. Como proposta, além de a gente retirar esses metros cúbicos e toneladas de materiais dos lixões e das ruas, a gente ainda tem que pagar para o governo, ICMS de produto. Isso é, como é que se diz? Além de a gente fazer um bem pela natureza, a gente tem que pagar por isso. Pagar imposto, frete, para poder vender o nosso produto, o nosso material.

Outra coisa também que eu queria colocar como proposta, Deputado, como a gente já teve, eu queria assim, que a gente construísse uma lei contra a incineração desse tipo de resíduo. Já existe muitos estudos que é prejudicial para o meio ambiente a queima desses tipos de plásticos, metais e tudo que for referente a resíduos sólidos.

O Secretário Edjales falou aqui, há bastante tempo que a gente também vem conquistando isso. Eu sei que é um processo passo a passo, mas seria de grande importância que os catadores recebessem pelos serviços prestados, pelos

materiais recolhidos das ruas, dos lixões. No mais, é só isso mesmo. Não, só a construção, eu só queria colocar aqui que em Belo Horizonte tem um projeto, onde os catadores, um modelo de projeto onde os catadores são remunerados pelos materiais, com comprovação de notas fiscais para a retirada desses tipos de resíduos. No mais, seria só isso, Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Muito obrigado.

Só pedir para você, depois senta com o Rafa e passa para ele, para mim.

Anacleto Vanderlei, também, por favor. Vamos, senhor Ernesto, Ecimar, o Domingos, por favor aqui na frente. Ecimar, está aí? Beleza. O Domingos está lá.

O SR. ANACLETO VANDERLEI – Boa tarde a todos. Olha, o que eu tenho que falar é o seguinte, que eu vi muita gente falar muitas coisas a respeito que, às vezes, eu fico meio chateado porque quando eu chamo meus companheiros lá da Vila Princesa para comparecer numa Audiência Pública, eles ficam meio tristes e me reclamam da seguinte forma, que eles, há anos, que a gente vem acompanhando Audiências Públicas, reuniões. Nesta Casa aqui eu já perdi as contas de participar de Audiências Públicas, Deputado Lazinho, deles me cobrarem, eu não vou mais em Audiência Pública, eu não vou mais em reuniões porque eu estou cansado de ir para a reunião e a gente não vê nada na prática. E vem anos, não é meu amigo, quem sabe disso, Eliezer, que a gente acompanha essa luta há muitos anos. E eu estou pedindo a vocês autoridades, que esse tipo de Audiência Pública, saia alguma coisa daqui que saia em prática. Porque o catador, o agricultor, está todo mundo já cansado de ver tanta reunião, tantos projetos e não sai nada em prática, nada funciona.

E o nosso país está precisando, não é só Rondônia não, gente, em todo país está precisando de nós deixarmos muita coisa de reunião, muitos projetos e botar as coisas mais em prática. Porque só a teoria não está valendo. Nós temos que botar as coisas mais em prática, que eu sei que a teoria é necessária, mas a prática também nós estamos precisando de botar muita coisa em prática, porque senão, daqui a pouco vai acontecer, ‘ah! tem impacto ambiental’, quando a gente vê, a gente está no buraco, discutindo só projeto e na prática nós não fizemos nada. Muito obrigado a todos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Anacleto. Senhor Ernesto Ferreira dos Santos, por três minutos.

O SR. ERNESTO FERREIRA DOS SANTOS – Boa tarde. Quero cumprimentar aqui a Mesa na pessoa do Deputado, minha Vereadora de Ji-Paraná, os agricultores do estado de Rondônia, sobretudo os de Ji-Paraná que vieram comigo. Mas, assim, eu acho que esta Audiência, é muito boa a gente discutir coisas voltadas para a agricultura familiar, sobretudo. Porque ainda em 1998, nós discutimos um Projeto em Ji-Paraná, pelo Sindicato, e plantamos, os agricultores plantaram 90 hectares de floresta, um Projeto junto ao Ministério do Meio Ambiente, e não foi discutido pelo Estado, não foi discutido por órgão nenhum do Estado, só pelo Sindicato, na época. Dezesesseis anos depois, está aqui o Urias, está aqui a família dos Porto,

tiraram só a Teca, tirou agora, inclusive está aqui no porto, não foi nem exportado ainda. E tem família que recebeu cento e quarenta mil reais da venda dessa Teca, cento e quarenta mil reais. Não teve acompanhamento técnico, porque se tivesse tido acompanhamento técnico, segundo os compradores, ela teria três vezes mais o valor, três vezes mais o valor. Então, onde tirou a Teca, ficou o mogno, ficou o Ipê, ficaram várias outras essências. Então mostra que na prática, se tiver um acompanhamento do Estado, a coisa funciona e não tem nada complicado, nada complicado, porque foi um projeto exclusivo dos agricultores, não teve nenhum técnico que escreveu o Projeto. Num dia de chuva, eu e o secretário de finanças do Sindicato, num dia de sábado, nós sentamos e colocamos a proposta num papel, pagamos uma secretária para fazer o texto, e aí pegamos uma equipe do Sindicato para elaborar proposta de execução, desembolso enfim, e foi aprovado no Ministério do Meio Ambiente. Houve acompanhamento do pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vieram pessoas do Washington visitar esse Projeto, e o resultado foi dinheiro no bolso dos agricultores. E aí eu fico olhando, o que é tão difícil, passam tantos anos a discussão, essa questão ambiental, graças aí ao trabalho do Deputado Anselmo e outras pessoas que acompanharam, onde vem à questão do Código Florestal, acho que foi um avanço que nós não podemos deixar no esquecimento, foi um baita de um avanço. E agora eu acho que nós precisamos tirar o pé do chão e andar mais rápido nessa discussão, porque tem como fazer. E quando a proposta vem clara, a adesão dos agricultores é certa. Agora não dá para colocar que vem muita dificuldade, que tem muita, que tem aquilo. Não precisa falar de multa, fala de resultado e aí os agricultores aderem e com certeza vai ter êxito. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Ernesto.

Domingos por três minutos, Domingos. Depois tem o senhor Ecimar e o senhor, Ecimar Viana é diretor da FETAGRO, é o Urias Sérgio Dutra, que é produtor em Ji-Paraná, e a gente fecha.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Boa tarde a todos. Obrigado pela oportunidade. Quero parabenizar aqui ao Deputado Lázinho, pela iniciativa de proporcionar esta Audiência. Apesar de que, eu já deixo o meu posicionamento de que esse assunto é um assunto bem polêmico até porque requer outros momentos como esse para discussão.

O meu nome é Domingos Sávio, eu sou nascido às margens do rio Madeira, portanto ribeirinho, e hoje eu estou assentado no assentamento da reforma agrária lá no município de Candeias do Jamari. Assentamento que tem cinco anos e que nesse pequeno espaço de tempo, a degradação está mais de 50%. Por isso que eu fiz questão de fazer uso da palavra aqui, porque se a gente não tiver, falar em questão ambiental e aí pagamento é bem complicado. Se a gente não tiver assistência técnica, se a gente não tiver educação, fica difícil a gente discutir qualquer Projeto de Desenvolvimento.

A gente com muita luta, estamos com 8 anos lutando para a construção de uma Escola Família Agrícola, onde nós iremos proporcionar que cada família tenha um técnico. Infelizmente o Governador fez o favor de desviar o recurso da nossa escola e hoje tem uma proposta de uma construção de

uma Casa Família Rural, para formar a classe média rural no campo. Isso para mim soa muito... Então é muito oportuno a gente discutir a questão ambiental, mas a questão ambiental tem que ser tratada na escola. Hoje o êxodo rural é muito grande. O que nós temos hoje dentro da política governamental é uma política que tira os filhos dos agricultores, sem ônibus, que caminham até a escola, tiram os filhos dos agricultores e só está ficando no campo só os velhos. No Candeias, nós temos dois projetos grandiosos de soja e cultura, que já mecanizaram mais de 15 mil hectares para soja. E essa soja está bem pertinho do assentamento onde eu moro.

Então gente, é muito importante a gente discutir a questão ambiental, mas a gente não vê os resultados lá na ponta, lá no pequeno agricultor. Até porque várias pessoas aqui que fizeram o uso da fala, falaram em produtor. Nós somos agricultores e eu quero uma política de desenvolvimento da agricultura que dê condição da gente respeitar o meio ambiente porque é importante, entendeu? Mas que tenhamos também uma melhoria na nossa qualidade de vida.

Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Domingos. Ecimar Viana, Diretor de Políticas Sociais da FETAGRO, e por último o Sr. Urias, Sérgio Dutra, Produtor Agroecológico.

O SR. ECIMAR VIANA – Boa tarde a todos. Parabenizar aqui nosso Deputado da Agricultura Familiar, Lázinho da FETAGRO, em nome do qual eu saúdo toda a plateia e a Mesa.

Deputado, um tempo tão curto, mas a gente vai tentar falar algumas questões que doem no coração quando a gente lembra um pouco da história deste Estado. Eu quero lembrar aqui que quando nós viemos para o estado de Rondônia, o Incra dizia para gente o seguinte: “desmate o seu lote que você ganha outro”. Não é verdade? E aí nós pegamos e criamos essa cultura para poder, a gente, continuar desmatando, mas não ganhava outro não, era mentira. Mas a cultura que nós tínhamos era para nós colocarmos serviço, bota serviço aí que você vai ser o grande cara, que vai ser o grande produtor. Pagamento por serviços ambientais começou a discussão quando a FETAGRO começou a puxar essa discussão, e aí vai Deputado Anselmo e agora nosso Deputado da Agricultura Familiar está puxando o pagamento de serviços ambientais novamente aqui na Assembleia Legislativa.

Eu gostaria de lembrar outra questão. Da mesma forma que foi incentivado durante 500 anos a desmatar, também a forma em que foi feita no estado de Rondônia, e principalmente em 4 municípios do estado de Rondônia, as pessoas saíram de outras regiões e vieram para poder fazer o desmate, e a forma de incentivar essas pessoas a não desmatar era emitir multas exorbitantes. Nós hoje, no estado de Rondônia temos não sei quantos milhões, mas no meu município a primeira levada foi mais de 10 milhões de reais. E pasmem, as pessoas do IBAMA e da SEDAM, passavam em frente das propriedades dos grandes e multavam o pequeno lá na frente, para poder dizer que estavam fazendo, cuidando do meio ambiente. As mesmas pessoas que estavam cá em cima, jogando fezes dentro dos rios, iam lá embaixo e multava os trabalhadores, os pequenos, porque os grandes passavam na frente e não multava.

Em cima dessa questão é que eu trago uma proposta aqui. A cidade e o campo precisam trabalhar os pagamentos de serviços ambientais, agora para o pequeno agricultor precisa receber por isso. O Ernesto colocou claro, é possível se receber pela preservação da água e pela preservação da mata e pelo sequestro de carbono que a gente faz no nosso dia a dia. Tanto o IBAMA, quanto a SEDAM, a forma de fazer o incentivo é através das multas. Meu Deus!

A outra questão, eu preciso dizer isso aqui, nós fizemos muitos Projetos de Recuperações Ambientais e sabe o que o IBAMA disse: “Esse Projeto está fora da técnica”. Então são burocracias para poder o trabalhador se enquadrar e dizer: “não eu quero recuperar”. “Não, mas você precisa plantar do jeito que manda os engenheiros agrônomos”. Uma burocracia para poder fazer recuperação ambiental.

Do jeito que está não adianta, porque nós temos uma visão, no estado de Rondônia, de que quem vai ganhar dinheiro neste país é quem cria boi e quem planta soja. O pequeno agricultor familiar que fala em fazer recuperação ambiental, as pessoas riem na cara deles. Então eu acho que a Assembleia Legislativa precisa criar menos burocracia para poder recuperar as áreas degradadas e criar alternativas claras que deem condições para o trabalhador e a trabalhadora realmente recuperar o meio ambiente e garantir o sustento de toda a sua família.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado Ecimar. O Senhor Urias, 3 minutos.

O SR. URIAS SERGIO DUTRA – Boa tarde a todos. Então, é isso mesmo. Primeiro a questão da Audiência Pública, ela tem o seu valor e ela é muito necessária para que realmente a gente possa construir situações importantes para as nossas vidas. Parabéns a todos que tiveram essa ideia, Deputado Lazinho aqui como Deputado está aí para cumprir esse papel juntamente com todos os seus companheiros, porque um sozinho não faz nada e nem aprova. E aí tem que todo mundo estar de olho aberto e compreender isso e fazer isso acontecer. Essa é a primeira coisa.

Eu queria agradecer também, dar os parabéns a todas as pessoas que aqui fizeram as suas apresentações, muito importantes. São apresentações interessantes que nos mostra realmente a preocupação da gente estar trabalhando uma questão de educação ambiental, questão sustentável. E nós temos muitas coisas realmente construídas por pessoas interessantes, que faz muito tempo que vem trabalhando aqui no nosso Estado. E que precisa justamente dessas condições de leis que realmente nos proteja para valorizar essas pessoas que já estão trabalhando e muito mais ainda, de procurar fazer um trabalho importante, sustentável que é a educação ambiental. Porque como várias pessoas já disseram aqui, nós temos várias entidades que não é de hoje que vem pelejando com esse negócio. Nós temos vários trabalhadores, tanto agricultor e outros que têm outras produções no campo, que têm essa experiência a longo tempo no estado de Rondônia, e que, de repente, não é visto. De repente agora é tarde, mas não é tarde, pode estar aí contribuindo com gente quem vem fazendo isso há muito tempo de graça, todo mundo sabe disso.

Agora é interessante, o companheiro já disse aqui, que a gente procure realmente fazer com que isso aconteça rápido e que coloquemos isso na prática urgentemente, porque senão a gente pode ficar no esquecimento. Mas eu não acredito que vai ficar porque as pessoas estão aqui são pessoas idôneas e nós estamos aí para fazer parte desse processo e contribuir também.

E essa questão não é só papel do Estado, é papel do Município também, os governos municipais também precisam ser pressionados para tomar pé dessas questões, junto com o Governo Federal que já tem vários programas. E aí a gente precisa também fazer com que todos os setores que estão envolvidos nesse processo ambiental, em cada município, comece a fazer um trabalho importante que tem muito a desejar. Está faltando educação no campo, se eu fizer uma pergunta aqui, quantas vezes já teve reunião do IBAMA nas linhas? Da SEDAM? E de outro, de outro? Eu não estou aqui para criticar, estou dizendo que se não fizer isso, companheiros, não vai adiantar.

O que faz realmente um Município ser sustentável, um Estado ser sustentável e forte é a questão da educação. Só resolve os problemas quando a gente faz um trabalho de formação, de educação porque a sabedoria é que faz a gente viver mais. Se a gente não fizer isso não adianta nada. Políticas públicas é que resolve os problemas, atendendo as pessoas mais nessa aérea.

Eu passei pelo Nordeste há poucos dias, eu sou do sertão da Bahia, e eu fiquei alegre quando eu cheguei lá, fiquei 15 dias, gostei demais. Quando eu saí do estado da Bahia nós buscávamos água longe, no lombo do jumentinho, quando eu chego lá agora tem água encanada nas casas. Poxa, é assim que a gente faz, política tem que ser desse jeito! Se nós não fizermos isso não vai adiantar nada, companheiro. Então políticas públicas com educação é que resolvem os problemas, a repressão não resolve os problemas, a educação resolve o problema. Nós estamos faltando muito isso, tem investir na educação, na formação, tem que fazer política pública de fato.

Senão, que nem a Kanindé e outras organizações estão fazendo, tem que apoiar, senão a gente não vai viver, se não água vai acabar, se a gente não investir no campo. Tem que apoiar as pessoas que querem trabalhar, eu acho que esse é o nosso papel e nós estamos aqui para isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Urias.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Falou a voz da experiência. Para quem não o conhece, é só ir à propriedade dele e ver que ele não está falando da boca para fora, que ele coloca em prática o que ele fala.

Assim, só para a gente concluir, dizer que o grupo de trabalho proposto, Secretário, precisa, precisa que a SEDAM esteja conosco. Essa proposta de compensação, a Eletrobrás, Eletronorte, Eletrobras Distribuidora, Eletrobras, é isso? De Rondônia está aqui representada. Quando a gente fala de pagamento parece uma coisa muito, vamos dizer compensação, porque têm várias formas de você compensar quem presta serviço ambiental. Não precisamente tem que ir lá com R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês ou com R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por semana, ou com R\$ 2.000,00

(dois mil reais) por ano, não é isso. Pode até ser que esse grupo de trabalho, Secretário, consiga. Só que tudo isso depende do Governo. Esse Deputado está puxando e pede, no máximo, para apresentar um Anteprojeto de Lei. Eu não quero fazer isso. Eu quero que venha um Projeto de Lei construído pela sociedade civil organizada, pelos seus representantes, mas construída pelo Governo. Eu tenho certeza que dá para fazer, porque nós não vamos alcançar, nós não vamos alcançar objetivos e vamos ter a resistência neste Estado de agricultores familiares se não tiver a ideia desse princípio. Se não tiver nós não conseguimos.

Então se não tivermos nós não conseguiremos.

O Fábio pediu para fazer duas propostas, e eu passo para ele para a gente encaminhar. Parece que não saiu proposta, mas olha aqui a quantidade que tem aqui que vai para esse grupo de trabalho poder fazer o que precisa ser feito. Depois nós podemos tirar uma foto aqui com a Mesa e todo mundo aqui na frente, para a gente pegar esse documento como proposição já para esse grupo de trabalho. Fábio.

O SR. FÁBIO MENEZES – Eu acho que são duas questões que são importantes. A primeira é com relação ao PDSEAI que eu fiquei bastante empolgado, PDSEAI, não é? Correto? E eu acho que essas Audiências Públicas, eu gostaria que fosse incluído a FETAGRO e os Sindicatos na mobilização e na organização dessas Audiências. Porque eu acho que quando se fala em desmatamento nós tanto temos a aprender quanto a ensinar, eu acho que seria bastante importante.

E também nessa linha, que nós temos uma proposta com a Secretaria de Meio Ambiente de fazer convênios com os sindicatos para potencializar a realização do CAR. Então já que tem o recursinho aí a fundo perdido, e esse Fundo pelo jeito é bem grande, trinta e cinco milhões, que fosse, Secretário, agilizada essa questão da realização do convênio porque os nossos Sindicatos estão começando a emitir o CAR e não é fácil. Pense num negócio trabalhoso! Mas é importante, tem que fazer, o Estado precisa. Então essa é a primeira proposta.

A segunda é em relação a floresta plantada. Eu achei muito interessante a perspectiva desse mercado. Só que eu acho que precisa ser desenvolvida para a agricultura familiar, uma metodologia diferenciada, não na linha do monocultivo, mas na linha do SAFs. Porque essa linha do monocultivo não se adapta a nossa cultura familiar, não serve para nós, não serve. Ela exige um investimento e em grau de tecnologia que nós não estamos preparados ainda para efetivar. Mas se for com os SAFs funciona. E a gente tem já algumas experiências que poderia, de repente, criar a Floresta Plantada da Agricultura Familiar. Eu acho que tem espaço para investir e o retorno vocês mesmos comprovaram aí.

Eu sou produtor de Teca, acho muito interessante, estava falando com ele aqui, a experiência utilizada na cerca, plantar a Teca na beirada da cerca, então você pode fazer isso junto com café, junto com cacau. E eu acho que têm outras experiências aí já comprovadas que podem ser utilizadas. Então, eu queria só a título de sugestão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Obrigado, Presidente. Então vamos lá. Quando nós falamos da..., fizemos a discussão a primeira vez com um grupo de trabalho, era

com a intenção, realmente, da compensação por serviço ambiental porque é mais ampla do que você discutir o pagamento. E dentro dessa compensação tem vários fatores que a gente pode aproveitar no Estado. Uma coisa é você tratar, e aí vai ter que ter diferenciação, a propriedade que presta serviço ambiental. A propriedade que está legalmente constituída, ambientalmente correta, ela tem que ter o tratamento diferenciado daqueles outros que querem só se aproveitar. Aquela empresa que tem o tratamento, que tem todas, que age dentro da legalidade na questão ambiental, tem que ter um tratamento diferenciado das outras.

Por que você não pega uma propriedade, por exemplo, que tenha a sua questão ambiental legal, por que é que nós não podemos discutir uma diferenciação no GTA, quando ele produz o gado? A taxa é mínima, mas é um GTA que paga igual a todo aquele que derruba tudo e que não preserva nada. E o GTA é um imposto do Estado. É uma taxa paga ao Estado.

Por que é que nós, que é uma proposta que está aqui, com relação ao IPVA. Aqueles produtores que produzem o gado, o café, o cacau, dessa renda do gado, do café e do cacau o Estado tem uma arrecadação e dessa arrecadação por que é que não pode ser revertido para essa propriedade que faz esse trabalho ambiental? Uma pequena parcela desse valor seja revertida para quem produz o gado, é o valor do gado; para quem produz o gado e o café é o valor percentual do gado e do café; para quem produz o gado, o café e o cacau é um valor percentual do gado, o café e o cacau; para quem tem floresta plantada a mesma coisa.

Precisa-se pensar, nesse grupo de trabalho, em fazer isso. Nós precisamos criar um Fundo específico onde as empresas possam inventariar sua emissão de carbono, precisamos criar alguma coisa nesse sentido que é outra proposta.

Já falei com relação ao café, ao cacau. O café é um produto perene e hoje a maior arrecadação de ICMS do Estado é o café. E os produtores não têm investimento nenhum. Então, se ele recebe alguma coisa ele pode, e não é, o Estado pegar, vamos supor, 1% do ICMS que aquela propriedade ou aquela cadeia produtiva reverter ela para a cadeia produtiva, em incentivo, desde que ele esteja ambientalmente correto, no ano seguinte essa cadeia produtiva, que hoje produz um milhão e setecentas mil sacas de café, vai produzir três milhões de sacas de café porque ele está sendo beneficiado com isso. Então, não é despesa, é investimento.

O pacote de inserção tributária, redução tributária, ou seja, tudo isso é possível ser discutido. Multas, multas prescrevem, Secretário, não é? Do IBAMA, da SEDAM, essas multas podem ser renegociadas e podem ser revertidas em ações para o fortalecimento, aí não direto ao produtor, mas para o fortalecimento desse Fundo do Meio Ambiente.

A produção de água na propriedade tem que ter uma medição de parâmetro, o que é que aquela propriedade pode fazer e pode receber por causa disso.

Desburocratizar o plano para as pequenas propriedades. É isso que o Fábio e outros colocaram aqui.

Incentivo do reflorestamento. É uma ação que já tem projetos e têm estudos que podem ser feitos.

O agricultor que tem uma propriedade e tem uma reserva, para vocês terem uma ideia, e vocês sabem disso, ele paga o ITR, inclusive da reserva dele. Ele perde tempo

para não deixar a reserva queimar, porque se queimar ele vai preso, ele vai ser multado. Então, ele tem que receber alguma coisa por isso e essa é uma proposta que eu quero encaminhar à Bancada Federal, porque o ITR é o Imposto Federal, e essa propriedade, a sua parte de reserva, depois de totalmente legalizada, lá em Brasília ou lá em qualquer lugar, sabe o que ele tem de reserva, e essa parte, na nossa visão, não teria que pagar imposto, não teria que pagar ITR, porque ele não tem, não é dele, não faz parte da propriedade dele.

O envolvimento de todo o setor. Nós não podemos discutir meio ambiente, nem remuneração ou compensação sem que o setor da indústria esteja envolvida no meio. Não dá para separar, você pode ter o envolvimento do setor de energia.

Hoje existe uma tarifa diferenciada para energia, Adesão da Energia do Campo, não é? É perfeitamente viável a gente propor para a ANEEL, através da Bancada Federal, através da Assembleia Legislativa, do Governo do Estado, uma tarifa mais diferenciada ainda para quem contribui com a questão do meio ambiente. É possível. Por que não fazer essa proposta?

Acelerar a aprovação das Leis isso aí é comum. O mais difícil para nós vai ser construir o consenso da Lei, eu tenho consciência disso. Agora, se fosse fácil nós não estaríamos aqui, e também não seria para nós. E nós estamos discutindo algo que é inédito no Brasil. Nós temos pequenas experiências em alguns municípios do Brasil que tratam de projetos esporádicos para pagamento de recuperação de mata ciliares, recuperação de nascente. Nós tentamos discutir isso em nível nacional, eu participei de várias oportunidades em Brasília, o Carlinhos, lá no começo, o Anselmo, e não conseguiu se achar um consenso nem com o Governo Federal porque, na minha visão, não se consegue diferenciar um setor do outro, tanto do setor produtivo quanto do setor industrial. E quando você não consegue diferenciar, você acaba não conseguindo cumprir a meta.

Tem várias outras propostas aqui, gente, que nós vamos encaminhar a esse grupo de trabalho, tratando da questão dos quilombolas, das populações indígenas, da questão da produção. Uma coisa é você produzir passando veneno de avião, outra coisa é produzir utilizando a produção convencional, mas pelo solo. Tudo é tratamento diferenciado que nós temos que dar.

E aí, para encerrar, eu não vou ler isso aqui, porque por último ainda têm as últimas propostas que saíram, para vocês verem que nós temos um campo muito grande para poder trabalhar e já foi citado pelo pequeno grupo que nós montamos para criar esta Audiência Pública, a ideia de fazer os seminários, como foi proposto; de fazer o debate com a sociedade, como foi proposto pelos segmentos. E nós vamos ter que fazer isso, porque nós estamos produzindo aqui, algo inédito, Secretário.

Não sou eu não, somos nós. O Estado de Rondônia está produzindo algo inédito. E quando é inédito, tudo fica mais difícil.

Porque falar de experiências pontuais, todo mundo fala. Agora, criar algo para o conjunto é muito mais difícil, não é? Então, eu sei que tem muita gente querendo falar, mas eu não vou deixar falar.

Eu vou encerrar, mas quero aqui pedir para que o Olavo, que já está à frente desse grupo pelo gabinete, junto com o Jair, mas que a Kanindé, a Ecporé, a EMATER, a SEAGRI, a SEDAM, a SEFIN, porque aí é que está, você não discute esse tipo de política pública pensando, você tem que ter todo mundo envolvido no processo. E nós precisamos construir uma

proposta, quando a gente chegar ao Governador com essa proposta, embora ela esteja com a participação do Estado, a gente possa convencer com números o setor econômico. Se não tiver números para mostrar para o setor econômico que o Estado não vai perder e vai ganhar, a proposta morre lá no Governo.

Nós precisamos tratar quem trata o Governo com a cabeça, pura e simplesmente, que é o setor econômico, trata com a cabeça. O setor econômico trata os governos com a cabeça, com os números. E nós que temos a cabeça com muito mais consciência social da situação, nós temos que ter a parte técnica para ajudar a gente a elaborar isso aí.

Quero desde já, convidar alguém da Eletrobras que possa nos ajudar com ideias do setor de vocês, para opinar. Não vamos nos preocupar meu povo que está aqui, se nós vamos conseguir lá no final, fácil ou difícil. Agora, nós temos que construir essa proposta.

Eu não tenho medo de desafios e esse povo que está aqui, de Vilhena até Nova Mamoré, que está ali, de Corumbiara até Nova Mamoré, não tem preguiça de poder fazer o debate e poder fazer a discussão.

Então, eu digo para vocês uma coisa, eu tinha alguns desafios no mandato, alguns deles, no primeiro ano, a gente já cumpriu. Parece coisa simples, mas estava há 10 anos na Casa, há 10 anos na mão do governo e em 6, 7 meses nós conseguimos avançar. Não vou citar quais. Agora, esse é um desafio que se terminar os meus 4 anos e a gente tiver pelo menos uma proposta para ser avaliada pelo Governo, eu já fico satisfeito.

Eu quero agradecer a todos vocês que vieram aqui, a cada um, sem nomear ninguém, e dizer que para mim foi uma satisfação poder participar. Não vamos abrir porque tem gente que vai para muito longe. Vocês vão ter condições de participar no grupo de trabalho, quem quiser ajudar a construir.

Eu quero pedir para que alguém da SEDAM, a Ivaneide que está aqui, Neide, não é? A Neidinha, Olavo, depois dê uma sentada e formalize a forma de fazer isso por setor. Acho que é uma forma, é mais amplo do que às vezes alguém pensou, é muito mais amplo, para a gente poder construir isso, está bom? Quero agradecer a todos vocês. Sim, Neidinha.

A SRA. IVANEIDE BANDEIRA CARDOSO – Olha, já existe fórum de mudança climática, o que a gente tem que fazer é trazer todos esses setores para um fórum, para a discussão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO (Presidente) – Eu quero uma proposta, mas como vocês vão fazer é problema da sociedade civil e do governo. Eu só sou o Deputado, para depois tentar aprovar nesta Casa. Se virem! Eu disse para o Alexis, “eu quero ver se vocês têm propostas para esse negócio, porque a gente vai brigar”. Então se virem para fazer. Aqui está a proposta que você colocou, Neidinha.

Antes de saírem, nós temos aqui na Casa, eles chamam *coffee break*, eu falo merenda. Nós temos uma merenda aqui fora para todos, antes de poder viajar.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo Rondônia, agradeço e dou por encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18h43min)

SECRETARIA GERAL**ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 015/2015 - SG**

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XV do § 1º do Artigo 15 do Ato nº 004/2014 - MD/ALE, de 17 de março de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o horário de expediente a todos os setores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia excepcionalmente nos dias 17 e 18 de novembro do corrente das **7:30hs às 13:30hs**.

Este Ato entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Secretaria Geral, 12 de novembro de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO

ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 016/2015 - SG

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, com base no inciso XV do § 1º do Artigo 15 do Ato nº 009/2015 - MD/ALE, de 10 de novembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender o expediente em todos os setores da Assembleia Legislativa, inclusive Gabinetes Parlamentares, no período compreendido entre os dias **21 de Dezembro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016**.

Art. 2º - A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia retornará ao expediente normal após o período ora estabelecido, **reabrindo suas portas para o atendimento ao público no dia 05 de Janeiro de 2016**.

Parágrafo Único – Durante o período de recesso, os serviços que estiverem relacionados com o fechamento contábil do exercício financeiro/2015 e abertura do exercício financeiro de 2016, serão efetuados em regime de plantão para garantir o cumprimento das normas vigentes, bem como execução de alguma despesa não programada.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria Geral, 13 de novembro de 2015.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO

De acordo

DEP. MAURO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO